

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAROLINE ALVES SALLES RIBEIRO

**POLÍTICA EXTERNA CHILE, ARGENTINA E BRASIL (2006-2014): OS
CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.**

Santana do Livramento

2016

CAROLINE ALVES SALLES RIBEIRO

**POLÍTICA EXTERNA: CHILE, ARGENTINA E BRASIL (2006-2014): OS
CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Balardim.

Santana do Livramento

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

CDD:327.1

R484p Ribeiro, Caroline Alves Salles
POLÍTICA EXTERNA CHILE, ARGENTINA E BRASIL (2006-2014): OS
CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA. / Caroline Alves
Salles Ribeiro.
75 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2016.
"Orientação: Rafael Balardim".

1. Política externa. 2. Chile. 3. Argentina. 4. Brasil. 5.
Integração Sul-Americana. I. Título.

CAROLINE ALVES SALLES RIBEIRO

**POLÍTICA EXTERNA: CHILE, ARGENTINA E BRASIL (2006-2014): OS
CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: __/__/__.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim

Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Vitoria Schmidt

(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Kamilla Raquel Rizzi

(UNIPAMPA)

À minha avó Noutelinda Salles (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades que surgiram e surgem em minha vida. Aos meus pais, Dorotea Alves e Carlos Salles por não medirem esforços para que eu alcançasse minhas metas pelo fundamental apoio e demonstração de confiança em minha capacidade. Às minhas avós pelo carinho e dedicação. Aos meus queridos sobrinhos e afilhados por serem incentivos para a criação de um mundo melhor. Ao amado Francisco Aguirre pelo companheirismo e principalmente pela paciência e incentivo em momentos de decisão.

Agradeço especialmente o meu orientador Professor e Doutor Rafael Balardim, pelo incentivo, dedicação e comprometimento nas correções. Aos demais professores do curso de Relações Internacionais pela contribuição em minha formação acadêmica. Aos técnicos e servidores da UNIPAMPA.

À amiga de infância Lauren Trindade por todas as etapas vencidas e por estar presente em todos os momentos. À querida Renata Bejoso por ter sempre uma palavra amiga em momentos de impasse. Aos amigos da graduação Sandra Fros, Marcia Aguirre, Lauriane Aguirre, Igor Sartori, Luis Acosta, Natália Blanco e Iara Cupsinski pelo apoio e companheirismo durante esses quatro anos, esta caminhada não seria a mesma sem vocês!

Aos demais familiares que torceram e contribuíram para que esta etapa fosse concluída.

“A verdadeira coragem é ir atrás de seus sonhos mesmo quando todos dizem que ele é impossível.”

Cora Coralina

RESUMO

Sendo a política externa a forma como o Estado irá relacionar-se com outros Estados, este trabalho tem por objetivo realizar uma análise comparativa de política externa entre Chile, Argentina e Brasil durante o primeiro mandato dos governos de Michelle Bachelet (2006-2010), Cristina Kirchner (2007-2011) e Dilma Rousseff (2010-2014). Para isso foram identificados três objetivos específicos: 1) identificar por meio de um respaldo teórico a importância dos estudos de política externa para as relações internacionais bem como a integração regional; 2) identificar os pontos comuns encontrados com base na análise geral da política externa dos governos quanto à integração sul-americana; 3) verificar o posicionamento dos países em organizações como o MERCOSUL e UNASUL. Sendo assim, o trabalho tem como problema de pesquisa: ao analisar as medidas adotadas por Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff em seus primeiros mandatos, quais as características comuns em suas políticas externas no que tange a integração Sul-americana? Tais governos atuaram com uma conjuntura de crise do neoliberalismo, com isso novos temas surgiram na pauta da política externa sendo a integração um deles. Para desenvolvê-lo, o método utilizado foi o hipotético dedutivo, sendo realizado um estudo comparativo sobre as políticas externas a serem analisadas. Inicialmente é elaborado um retrospecto histórico para a compreensão do cenário dos países no período antecessor aos governos com uma revisão bibliográfica, utilizando fontes primárias e secundárias. A necessidade de integração regional, inicialmente, foi proposta pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que propunha a integração regional como fim da dependência da América Latina, intensificando-se com a ascensão de governos progressistas no poder. A integração regional foi vista por tais governos como um incentivo para amenizar as dificuldades enfrentadas pelos países na sua inserção no sistema internacional.

Palavras-chave: Política externa. Chile. Argentina. Brasil. Integração Sul-Americana.

ABSTRACT

EXTERNAL POLICY CHILE, ARGENTINA AND BRAZIL (2006-2014): THE PATHS FOR SOUTH AMERICAN INTEGRATION.

Being foreign policy how the state will relate to other states, this study aims to conduct a comparative analysis of foreign policy between Chile, Argentina and Brazil during the first term of Michelle Bachelet's government (2006-2010), Cristina Kirchner (2007-2011) and Dilma Rousseff (2010-2014). For this purpose, three specific objectives were identified: 1) to identify, through theoretical support, the importance of foreign policy studies for international relations as well as regional integration; 2) identify the common points found based on the general analysis of the foreign policy of the governments regarding South American integration; 3) verify the position of countries in organizations such as MERCOSUR and UNASUR. Thus, the work has as a research problem: when analyzing the measures adopted by Michelle Bachelet, Cristina Kirchner and Dilma Rousseff in their first terms, what are the common characteristics in their foreign policies regarding South American integration? These governments acted with a conjuncture of crisis of neoliberalism, with that new subjects appeared in the agenda of the foreign policy being the integration one of them. To develop it, the method used was the hypothetical deductive, and a comparative study was carried out on the external policies to be analyzed. Initially a historical retrospective is elaborated for the understanding of the scenario of the countries in the predecessor period to the governments with a bibliographical revision, using primary and secondary sources. The need for regional integration was initially proposed by the Economic Commission for Latin America (ECLA), which proposed regional integration as the end of dependence on Latin America, been intensifying with the rise of progressive governments in power. Regional integration was seen by such governments as an incentive to ease the difficulties faced by countries in their insertion into the international system.

Keywords: Foreign policy. Chile. Argentina. Brazil. South American integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exportações por destino: 2009-2010	51
Figura 2 - Exportações, importações e balança comercial do Chile: 2001-2008	52
Figura 3 - Exportações intrabloco: 2007-2011 (US\$ milhões).	54
Figura 4 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e o Mercosul Governo Dilma.....	58
Figura 5 - Exportações brasileiras para blocos integracionistas: 2000-2013	59
Figura 6 - Exportações, importações, intercâmbio comercial e saldo comercial do Brasil: 2009-2013.....	60

LISTA DE SIGLAS

ALADI -	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC -	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA -	Área de Livre Comércio das Américas
BRICS -	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN -	Comunidade Andina das Nações
CASA -	Comunidade Sul-Americana das Nações
CEE -	Comunidade Econômica Européia
CEPAL -	Comunidade Econômica para a América Latina e o Caribe
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FOCEM -	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
IBAS -	Fórum de Dialogo Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA -	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MERCOSUL-	Mercado Comum do Sul
MICBA -	Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONU -	Organização das Nações Unidas
PIB -	Produto Interno Bruto
UNASUL -	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	14
2.1	Conceitos na análise de política externa	14
2.1.1	Política externa comparada.....	17
2.2	Integração: conceitos e teorias	19
2.3	Condicionantes históricos da integração sul-americana	24
3	LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS MICHELLE BACHELET, CRISTINA KIRCHNER E DILMA ROUSSEFF	30
3.1	Política externa de Michelle Bachelet (2006-2010).....	31
3.2	Política externa de Cristina Kirchner (2007-2011)	36
3.3	Política externa de Dilma Rousseff (2010-2014).....	42
4	POLÍTICA EXTERNA PARA A INTEGRAÇÃO.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a nova configuração mundial estabelecida no pós- Guerra Fria, Chile, Argentina e Brasil buscaram mecanismos de inserção internacional semelhantes, como alinhamentos estratégicos com nações desenvolvidas. No âmbito interno, este alinhamento resultou na modernização dos três países frente à nova dinâmica da economia internacional, sendo acompanhado por reformas liberalizantes promovendo o livre comércio, a minimização do estado e a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro. Cabe salientar que nos estudos de política externa são consideradas as áreas doméstica e sistêmica para compreensão da atuação do Estado, identificando determinantes internos e externos.

Os governos a serem analisados, atuaram em uma conjuntura proposta pelo neoliberalismo e a crise do mesmo. O neoliberalismo, surgido na década de 1970, analisa o sistema internacional não apenas no âmbito da segurança, com as obras *Transnational Relations and World Politics* (1971) e *Power and Interdependence: World Politics in Transition* (1977) de Robert Keohane e Joseph Nye, a interdependência ganha destaque principalmente em face às questões econômicas. Para Cervo (2000) o neoliberalismo demandava alguns parâmetros de conduta como:

O consenso neoliberal global postulava a implementação dos seguintes parâmetros de conduta por parte dos governos de todo o mundo: democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária tendo em vista a promoção de tais valores. (p. 06).

Durante a década de 1980 e 1990, os países da América Latina passaram por reformas políticas; inicia-se o processo de redemocratização, acompanhado por reformas econômicas preconizadas no Consenso de Washington. Como ressaltam Moreira, Quinteiros e Silva (2010):

O consenso deveria ser seguido pelos países da América Latina, através da abertura unilateral da sua economia, privatização e reformas monetaristas, com a criação de um mercado autorregulável, sem interferências do Estado, não tratando de questões sociais, como educação, saúde e distribuição de renda. (p. 301).

As crises financeiras em países da América Latina, ocorridas ao final dos anos 90, bem como o fracasso da Reunião de Seattle da OMC e a securitização da agenda internacional após o atentado de 11 de setembro, foram cruciais para a crise do neoliberalismo. Nesse

período também ocorre a ascensão dos partidos de esquerda na América Latina, enfraquecendo ainda mais os partidos neoliberais.

As alterações globais ocorridas com o fim da Guerra Fria geraram um processo de redistribuição de poder no cenário internacional. Com isso, o regionalismo surge como um contraponto à globalização, abandonando a interdependência econômica, dando lugar ao novo processo integracionista.

É em meio a esse cenário que surge o primeiro governo a ser analisado, o de Michelle Bachelet no Chile. Na Argentina e no Brasil, neste período também ocorreram alterações nos rumos da política externa, onde surgem temas como integração regional, retomada da tradição multilateral, busca de parcerias estratégicas em outros continentes e a presença de temas sociais. Essa ascensão de governos progressistas na América Latina gerou na política externa algumas alterações, principalmente na área da integração sul-americana.

Diante do exposto, o trabalho busca responder a seguinte questão: ao analisar as medidas adotadas por Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff em seus primeiros mandatos, quais as características comuns em suas políticas externas no que tange a integração Sul-americana? O objeto de estudo, consiste nas políticas externas de Chile, Argentina e Brasil e seus respectivos posicionamentos frente à integração Sul-americana. Para desenvolvê-lo, o método utilizado foi o hipotético dedutivo, sendo realizado um estudo comparativo sobre as políticas externas a serem analisadas. Elaborou-se inicialmente um retrospecto histórico para a compreensão do cenário dos países no período antecessor aos governos com uma revisão bibliográfica, utilizando fontes primárias e secundárias.

A hipótese aventada pela pesquisa é a de que as características comuns encontradas nas políticas externas dos três governos referentes à integração sul-americana podem ser explicadas pela necessidade de desenvolvimento econômico da região, bem como a ascensão de governos progressistas, acompanhado pelo surgimento da presença feminina na política e pela nova agenda de política externa; priorizando temas como integração, cooperação técnica, segurança e ampliação de parceiros comerciais. Cabendo ainda, a interferência de grupos domésticos em questões relacionadas à saúde, educação e proteção de direitos humanos influenciando na postura a ser adotada pela presidente no cenário internacional.

Destarte, o objetivo geral do trabalho será comparar os governos de Cristina Kirchner (2007-2011); Dilma Rousseff (2010-2014); Michelle Bachelet (2006-2010) de modo a responder com clareza as características comuns encontradas nas decisões de política externa referentes à integração sul-americana.

Já os objetivos específicos são três: 1) identificar por meio de um respaldo teórico a importância dos estudos de política externa para as relações internacionais bem como a integração regional; 2) identificar os pontos comuns encontrados com base na análise geral da política externa dos governos quanto à integração sul-americana; 3) verificar o posicionamento dos países em organizações como o MERCOSUL e UNASUL.

Foram escolhidos os três países por serem os primeiros países da América do Sul a possuírem governantes mulheres, sendo realizado um recorte temporal no primeiro mandato de cada presidenta. O trabalho possui enquanto relevância acadêmica e social o objetivo de fomentar debates futuros em relação às medidas adotadas pelas presidentes em sua projeção sul-americana.

Assim, para cumprir os objetivos propostos, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo aborda questões conceituais de política externa, política externa comparada bem como a integração sul-americana, abordando os condicionantes da integração na região no início do século XXI. O segundo capítulo expõe a política externa de cada país durante os primeiros mandatos das presidentas e por fim no terceiro capítulo é realizada a comparação das medidas adotadas por cada presidenta, visando à integração sul-americana.

2 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Para dar início a análise comparativa de política externa entre Chile, Argentina e Brasil entre 2006-2014, entende-se como necessário uma definição de conceitos-chaves sobre os quais esta pesquisa fundamenta-se, incluindo um breve estudo no campo de análise de política externa que propiciará o respaldo teórico necessário para o desenvolvimento da pesquisa e cumprimento dos objetivos propostos neste trabalho, sendo esta a finalidade deste primeiro capítulo.

2.1 Conceitos na análise de política externa

A análise de política externa possui como principal área de estudo a política externa de específicos governos, como no caso desta pesquisa, considerando assim seus determinantes, objetivos, ações e decisões realizadas. No âmbito da política externa é de suma importância compreender dois conceitos: o da própria política externa e a atuação internacional do Estado aliado à inserção internacional.

Partindo do conceito essencial de política externa, esta é compreendida segundo Oliveira “Por política exterior deve-se entender o estudo da forma como o Estado conduz suas relações com outros Estados, se projeta para o exterior” (OLIVEIRA, 2005). Com isso, Silva e Gonçalves definem política externa como “o canal através do qual as políticas e estratégias internacionais de um Estado são formuladas, executadas e avaliadas” (SILVA; GONÇALVES, 2010, p.210). Outro conceito acerca de política externa é o de Freire e Vinha (2011):

Entende-se por política externa o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações. (FREIRE; VINHA 2011, p. 18).

Para tal projeção do Estado, deve-se levar em consideração o funcionamento do âmbito mundial em um dado período, não limitando-se aos interesses de inserção do estado mas do sistema como um todo.

Em relação à política externa vinculada a política interna, Vizentini (1999) afirma:

Na análise da política externa, emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar, quem a formula e, em segundo, de que forma que ela se articula à

política interna. Quanto ao primeiro aspecto, qualquer estudo empírico mais aprofundado demonstra que os rumos e as decisões da política externa não são definidos pelo conjunto do bloco social de poder que dá suporte a um governo, mas por alguns setores hegemônicos desse bloco. É preciso considerar que, graças à porosidade do estado moderno, lobbies e grupos de interesse conseguem influir em determinadas áreas da política externa. (VIZENTINI, 1999, p. 134).

Esta relação política externa e política interna estão presentes nas decisões tomadas pelas presidentas, sendo que ambas consideram os aspectos internos do país em um dado período para sua projeção no cenário internacional. Esse contexto de influência doméstica pode ser explicado pela lógica dos jogos de dois níveis de Putnam, onde os governantes devem considerar as pressões domésticas para suas decisões, como afirma Putnam (2010):

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (PUTNAM, 2010, p. 151).

Torna-se importante frisar, que segundo esta perspectiva, é necessário tratar a política externa como uma política pública, levando-se em conta que a formulação e implementação da política externa é definida pelos tomadores de decisões considerando imperativos domésticos, embora diferenciada das outras por ser implantada fora das fronteiras nacionais e ser influenciada por questões que fogem do controle do Estado, relacionadas com o sistema internacional (PINHEIRO; SOLOMÓN, 2011). De acordo com Lafer, toda política sofre a interferência interna do país nas decisões externas, por esse motivo deve-se manter relativo equilíbrio no quadro interno:

Toda política exterior resulta de um esforço de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas. Nestas interações existem dados imutáveis — como o da localização geográfica de um país numa determinada região do globo — e certos fatores externos de maior durabilidade — como o da estruturação do poder em escala mundial — que explicam as linhas de continuidade que, via de regra, norteiam uma política externa. Por isso, ela tem, quando comparada com a política interna, o ritmo mais lento de uma coerência derivada de certos interesses básicos, condicionados pela relativa estabilidade das modalidades possíveis de inserção de um país no sistema internacional. (LAFER, 2009, p.01).

A conformidade das necessidades internas com as possibilidades externas encontra-se em três campos de atuação: o estratégico-militar, que resulta na representação do país no

mundo, seja como protetor ou inimigo; as relações econômicas, refletindo o potencial de um país como mercado e no campo dos valores a fim de vida em sociedade. Ditas atuações dos países ocorrem em diversos contextos diplomáticos, como por exemplo, o das grandes potências, o contexto regional resultante das inter-relações dos países de mesma malha geográfica e o contexto contíguo da interação entre países com fronteiras comuns. (LAFER, 2009).

A inserção de um país internacionalmente está vinculada ao nível de sua participação política no cenário internacional, mediante fóruns de discussões, constituições de alianças políticas e até mesmo na formação de blocos regionais. Outro fator expressivo para a inserção internacional do país é a sua reputação, quanto maior prestígio e confiabilidade, maiores serão os benefícios recebidos como, por exemplo, o estabelecimento de acordos de cooperação técnica e econômica, formação de alianças e sua vinculação com outras nações. Como salienta Medeiros (2011):

Para efeito de uma reputação de tipo cooperativo, o valor essencial a ser observado é o aumento da inserção do ator pela ampliação de sua confiança como parceiro no sistema internacional. [...] é a reputação o condicionante do *status quo*, porque dela deriva a confiança e a capacidade de manobra e barganha, antes e depois de um acordo estratégico, formal ou informal, nas relações internacionais. (MEDEIROS, 2011, p. 440).

Ainda pode ser identificado outro modelo de reputação, baseado nas capacidades do Estado, Medeiros (2011) define esta como reputação por liderança e a caracteriza:

“Enquanto a reputação cooperativa é baseada nos princípios regidos pelo direito internacional, a reputação de liderança é orientada segundo a autonomia de que usufrui um determinado ator, comumente alinhada a sua posição de força no sistema internacional” (MEDEIROS, 2011, p. 439).

No entanto, as políticas externas a serem analisadas neste trabalho não apropriam-se deste modelo de reputação, estando centradas na reputação cooperativa para inserção internacional.

Como já observado, os fatores intervenientes da política externa podem ser divididos em domésticos e externos ao Estado. No que tange aos fatores externos, as contribuições mais pertinentes provêm de teorias tradicionais das Relações Internacionais. Conforme a abordagem realista, a política externa está vinculada à estrutura mundial de poder, o Estado atua no sistema internacional de acordo com suas capacidades de poder, segundo Silva e Gonçalves “tais capacidades podem incluir relevância geopolítica, grandeza territorial,

econômica e militar, além de níveis de maturidade político-institucional e disponibilidade de recursos humanos adequados” (SILVA; GONÇALVES, 2010, p.218).

Waltz (2002) considera que as relações entre os Estados subordinam-se ao posicionamento deste no sistema internacional. Dessa forma alguns Estados buscam modificar a ordem vigente enquanto outros buscam apenas a sua manutenção, sendo esses chamados “Estados *status quo*” e “Estados revisionistas”. No caso sul-americano o Brasil, como nação protagonista busca apenas a manutenção da ordem interna assemelhando-se ao conceito de “Estado *status quo*”. O país, devido a sua posição regional detém a possibilidade de coordenar políticas conjuntas. Em âmbito global, os Estados sul-americanos são apontados como revisionistas. Os Estados da região, dado suas condições, buscam a participação no cenário internacional por meio de instrumentos como: diplomacia, cooperação interestatal, alianças e inteligência.

Quanto aos teóricos liberais, a interdependência econômica fora a força motriz das relações internacionais contemporâneas, fazendo com que haja relativa abertura das economias nacionais resultando assim, na interferência externa do Estado. Nessa perspectiva, as posições de grupos internos passam a influenciar nas decisões externas e assim as instituições ganham um papel significativo dentro do sistema internacional anárquico com vistas a garantir acordos de longo prazo. Sendo assim, os Estados passam a direcionar sua política externa para o ajuste da realidade internacional ao qual estão inseridos.

Não obstante, os regimes internacionais e as estruturas de interação social, igualmente são fatores de ingerência na lógica da política externa. O primeiro é observado pela teoria neoinstitucionalista, a qual reconhece a anarquia do sistema internacional e a ingerência de tais regimes nas políticas externas, tornando-as mais cooperativas. As estruturas de interação social são abordadas pela teoria construtivista, sendo assim a política externa e o interesse nacional é construído atrelado à relação dos Estados e seu entorno social, a demanda interna passa a ser externa.

Os países inclinam-se a relacionar suas políticas externas em paradigmas, este demanda uma ideia de nação concebida por um povo, seus dirigentes e as formas como mantem suas relações, relacionando ainda as estratégias de inserção internacional com as fases de globalização e as estratégias de desenvolvimento econômico (CERVO, 2003).

2.1.1 Política externa comparada

A primeira definição a cerca de política comparada a ser compreendida é a de Bobbio (1998), afirmando assim:

“A expressão Política comparada designa, em geral, na visão da CIÊNCIA POLÍTICA contemporânea, o recurso dos estudiosos a um método particular de análise — a comparação — no processo de verificação empírica das hipóteses, generalizações e teorias concernentes aos fenômenos político. (BOBBIO, 1998, p. 962).

James Rosenau, cientista político, em seu livro *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*, buscou o objetivo de compor uma teoria voltada à análise de política externa que conciliasse as abordagens teóricas tradicionais das Relações Internacionais e o entendimento de outras ciências sociais. Os comportamentos dos Estados estariam expostos a comprovações empíricas, iniciando assim os estudos de política externa comparada. Rosenau tinha por objetivo produzir uma teoria para política externa concebida como *middle-range*, em meio às teorias de Relações Internacionais e a realidade.

Portanto, o termo PEC possui duas acepções, podendo referir-se à um ramo na análise da política externa como a investigação no setor da ciência política. Segundo Caporaso, Hermann e Kegley (1987):

The comparative method is interpreted to entail either cross-national comparisons or the less common practice of examining one nation through time to determine the effects of observed changes in key variables. In either case the researcher engages in the systematic comparison of similar features in the entity (ies) studied. The comparative foreign policy (CFP) researcher also views the comparative method as a mode of scientific inquiry. (CAPORASO; HERMANN; KEGLEY, 1987, p. 09).¹

Nas Relações Internacionais a política externa comparada obteve crescimento devido ao processo da Guerra Fria, onde novos temas passam a ganhar posto em investigações e aliado a esse processo a questão da interdependência internacional, associado ao surgimento de novos atores internacionais e diversificação da agenda mundial.

A partir do final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, os estudos relacionados à política externa comparada sofreram algumas limitações principalmente por três fatores: a economia nos resultados das pesquisas pelo fato de ter muitas variáveis, dificultando assim a elaboração de pesquisas e até mesmo a elaboração destas com pequenas amostras; algumas

¹ O método comparativo é interpretado para implicar quer comparações entre nacionais ou a práticas menos comum, de apreciar uma nação através do tempo para determinar os efeitos das mudanças observadas nas variáveis-chave. Em ambos os casos o pesquisador se engaja na comparação sistemática de características semelhantes na entidade (s) estudada. Na política externa comparativa (PCP) o pesquisador também vê o método comparativo como um modo de investigação científica. (CAPORASO; HERMANN; KEGLEY, 1987, p. 09p. 09, tradução nossa.)

questões nas Relações Internacionais, por serem estritamente sociais não são possíveis quantificá-las distanciando-as da operacionalização e por fim, dado estes dois condicionantes, a PEC não alcançava a relevância política desejada (HUDSON; VORE, 1995).

Dessarte, nos anos 90, uma nova onda de estudo da política externa comparada surge com alterações nos números de amostras, visando obter melhor resultado. Porta (2008), em seus estudos, argumenta acerca do método comparativo:

Dealing with a small number of cases – usually between two and twenty – the comparative method is a preferred strategy for political and social scientists when they investigate institutions or other macropolitical phenomena. In fact, the comparative method is considered the only choice for controlling hypothesis - eses that apply to large units that are too few for statistical analysis. (PORTA, 2008, p. 202).²

Outra característica relevante no estudo de Porta é a presença de processos históricos para contextualizar e alicerçar o método comparativo, desta forma o método comparativo antes de conceder relações entre variáveis independentes, intervenientes e dependentes, busca descrever similaridades e diferenças entre os entes envolvidos, utilizando-se da narrativa histórica. Percebe-se a distinção entre os modelos comparativos propostos por Porta e o de Rosenau basicamente ancorada em estatísticas, comprovações empíricas e generalizações.

Esta pesquisa utilizar-se-á do método comparativo exposto por Porta, da narrativa histórica e comparado das políticas externas do Chile, Argentina e Brasil a fim de identificar semelhanças nas ações das presidentas quanto à integração sul-americana.

2.2 Integração: conceitos e teorias

Haja vista que a pesquisa versa a integração sul-americana, compreende-se como necessário o conhecimento do termo integração regional, envolvendo a integração em uma determinada região que pode ser definida por parâmetros sociais, econômicos, políticos, culturais e climáticos. Assim, Herz e Hoffmann definem integração regional: “é um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à

² Tradução nossa: Lidar com um pequeno número de casos - geralmente entre dois e vinte - o método comparativo é uma estratégia preferencial para os cientistas políticos e sociais quando eles investigam as instituições ou outros fenômenos macropolíticos. Na verdade, o método comparativo é considerado a única opção para controlar Hipótese - eses que se aplicam a grandes unidades que são muito poucos para análise estatística. (PORTA, 2008, p.202.)

criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 167).

Segundo Campos (2012), os processos de integração visam alguns estágios específicos:

Todas as iniciativas para a promoção de um processo de integração buscam alguns aspectos, tais como a redução da dependência das grandes economias, o incremento da capacidade de negociação externa, a modernização dos transportes e das comunicações, a redução dos custos industriais, a plena utilização das capacidades agrícolas e do próprio setor industrial, a expansão das exportações com o devido equilíbrio da Balança Comercial e investimentos nos setores produtivos para todos os países envolvidos no processo. (CAMPOS, 2012, p. 22).

Haas ainda define integração regional como um processo por meio do qual os “Estados se mesclam, confundem e fundem-se voluntariamente com seus vizinhos de tal modo que perdem certos atributos fáticos da soberania, uma vez que adquirem novas técnicas para resolução conjunta de seus conflitos” (HAAS, 1971, p. 6). Ao abordar integração regional é de fundamental importância distinguir os conceitos intrinsecamente ligados a esse processo: regionalização e regionalismo.

A regionalização refere-se ao crescimento da integração da sociedade em determinada região e ao processo de interação social e econômica (LIMA, 2005). Embora seja um processo que raramente não é afetado pelas políticas dos Estados, as forças desses movimentos vêm dos mercados, de fluxos privados de investimentos e comércio. Como afirma Lima: “a regionalização é caracterizada em termos de complexos, fluxos e redes. Não pressupõe uma política consciente dos Estados e nem qualquer impacto sobre as relações desses Estados” (LIMA, 2005, p.05).

Já o regionalismo está associado a um processo mais geral, apesar de ser conjecturado com a integração econômica regional. Ao contrário da regionalização, o regionalismo decorre de uma política consciente dos Estados para coordenar atividades em uma região e objetiva com assiduidade de estimular a regionalização da atividade econômica (ARRIGHI, et.al, 2003). Silva define o regionalismo como: “o conceito de regionalismo se refere tanto aos acordos de integração como às organizações internacionais” (SILVA; COSTA 2013, p.27). O regionalismo ainda divide-se em aberto e fechado, o primeiro “é visto como etapa intermediária para a liberalização econômica multilateral, e não um fim em si mesmo” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 175) pelo fato de estimular a liberalização e trocas comerciais entre blocos inter-regionais. Já o regionalismo fechado ampara a preservação dos valores internos, com a intenção de superar a

competição externa em detrimento da proteção das dinâmicas políticas e econômica local (MITTELMAN, 1997). Malamud (2011) analisa o regionalismo como:

Integração Regional (às vezes denominada regionalismo) consistem em um processo formalizado e conduzido a partir do Estado. Em contraste, a regionalização – ou aumento da interdependência intra-regional – é um processo informal através do qual se incrementam os fluxos de intercâmbio entre um conjunto de países territorialmente contíguos. Este processo pode promover a integração formal (regionalismo) que, por sua vez, pode retroalimentá-lo, mas seu motor principal não reside no Estado, mas sim no mercado e, secundariamente, na sociedade civil. (MALAMUD, 2011, p. 642).

É conveniente entender ainda o conceito de integração em suas três áreas fundamentais de atuação: político, econômica e jurídica. Na esfera jurídica a integração está associada às organizações internacionais e supranacionais, as organizações internacionais condicionam-se por meio da cooperação de seus Estados membros, já as organizações supranacionais são alusivas à integração econômica. No âmbito econômico, Bela Balassa (1980) caracteriza a integração³ como um meio de cessar discriminações entre os países, para esse fim é aplicada a cooperação político-econômica. O plano político é prioridade no processo de integração, estando intrinsecamente ligado à soberania dos atores da integração. Referente à integração econômica Herz e Hoffmann (2004) afirmam:

Ainda que a integração econômica possa ser promovida intencionalmente como uma etapa de um processo de integração regional, como o advogado pelos funcionalistas, a integração regional, como aqui definida, envolve também questões sociais, políticas e culturais. Além disso, os acordos de integração econômica não precisam estabelecer organizações regionais com sedes permanentes para administrar suas atividades. (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 161).

A esfera política é objeto das teorias funcionalista e neofuncionalista. David Mitrany, prógono da teoria funcionalista, compreende a integração como consequência da cooperação, por meio de uma rede de organizações transnacionais, com base funcional, poderia constrianger a ação dos Estados. A cooperação em áreas mais técnicas facilitaria a integração, ocasionando o efeito de transbordamento e crescente interdependência. Em contrapartida a teoria neofuncionalista visa o papel de grupos de interesse e partidos políticos. Haas, pioneiro no neofuncionalismo admite o papel substancial das agências supranacionais na erosão da

³ São definidos como etapas da integração econômica: Zona de Livre- Comércio onde há a redução da alíquota tarifária de importação igual a zero; União Aduaneira com a criação de uma tarifa externa comum visando eliminar quaisquer diferenças entre as tarifas comerciais dos participantes do Bloco; Mercado Comum com livre fluxo de bens, mão de obra e capital; União Econômica e Monetária com a extinção de restrições ao movimento de mercadorias. (BALASSA, 1964).

soberania do Estado. A motivação da cooperação nesta teoria passa a ser mais pragmática. (GILPIN, 2001).

É indispensável salientar que tanto o funcionalismo como o neofuncionalismo estão baseadas na formação da comunidade europeia; no entanto, a América do Sul não possui condições semelhantes à comunidade europeia principalmente no que tange questões econômicas.

Nos processos de regionalização a área econômica é a mais comum, entretanto não se sobrepõem obrigatoriamente às demais esferas, como afirma Bobbio (1998):

O nível de Integração dependerá dos setores específicos que se leva em consideração. Assim, poder-se-á ter uma alta Integração jurídica e econômica juntamente com uma baixa Integração política; este parece ser um caso muito admissível. Normalmente a Integração econômica e a jurídica são duas condições que favorecem a Integração política; quando, porém, o poder político é o motor da Integração, um de seus primeiros atos será a tentativa de promover a Integração jurídica e econômica. (BOBBIO, 1998, p. 632).

Uma definição envolvendo certa multidimensionalidade é proposta por Lombaerde e Langenhove (2005):

The concept of integration refers to a process in which units move from a condition of total or partial isolation towards a complete or partial unification. Applied to the interaction between independent sovereign states, integration refers to a process of large-scale territorial differentiation characterised by the progressive lowering of internal boundaries and the possible rising of new external boundaries. Such complex social transformation may or may not imply some kind of permanent institutional structure. Although integration at the level of states can refer to many different aspects of cooperation, it is mostly used in a context of economy and international trade. (LOMBAERDE; LANGENHOVE, 2005, p.05).⁴

Qualificada como área de atuação na integração, principalmente na América do Sul, a temática securitária⁵ possui extrema relevância, enquanto a integração política necessita da predisposição dos países na suplantação das desigualdades. A esfera política no continente

⁴ Tradução nossa: O conceito de integração refere-se a um processo em que as unidades movem-se de uma condição de isolamento total ou parcial no sentido de uma união completa ou parcial. Aplicado à interação entre estados soberanos independentes, integração refere-se a um processo de diferenciação territorial em grande escala caracterizado pela redução progressiva das fronteiras internas e a possível crescimento de novos limites externos. Essa transformação social complexa pode ou não implicar algum tipo de estrutura institucional permanente. Embora a integração no nível dos estados pode se referir a diversos aspectos da cooperação, é usado principalmente em um contexto de economia e comércio internacional. (LOMBAERDE; LANGENHOVE, 2005, p.05).

⁵ Segundo Buzan e Weaver (2003), a segurança está inclinada à região todavia sofrendo a influência do sistema internacional. O complexo sul-americano é caracterizado no início do século XXI, pela ausência de grandes potências, multipolaridade com baixa polarização, pretensão do Brasil por um reconhecimento regional capaz de estruturar o CRS mediante a institucionalização de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. (CEPIK, 2005).

sul-americano sobrepõe à econômica, haja vista as discrepâncias socioeconômicas entre os participantes da integração.

A cooperação⁶ entre Estados pode ocorrer aspirando ao interesse comum ou por meio das diferenças entre estes. Na conjuntura sul-americana, a cooperação por interesses comuns é afirmada pela gerência da integração, enquanto a cooperação pelas diferenças é validada principalmente na esfera econômica, implicando relativa complementaridade no consumo e produção. Na vertente realista a cooperação é vista de forma negativa pelo fato dos Estados serem considerados atores que visam seu próprio interesse, nesse caso o ganho de um Estado resultaria em uma perda relativa de outro. Sendo assim, quatro são os motivos principais para a cooperação: a busca por recursos de poder; aceitação de regras comuns; as diferenças e a presença de interesses comuns. Este último é à base da integração sul-americana, com a atuação conjunta das nações.

A cooperação sul-americana sinaliza tanto interesses comuns como a necessidade de inserção internacional, a produção de normas e mecanismos internos garante maior atuação dos países na região. A visão integracionista sul-americana entende a ação conjunta como indispensável para o aumento do poder regional. Como afirma a Declaração de Cochabamba:

El proceso de globalización ha influido profundamente en nuestras economías y sociedades. Recientemente, ha sido posible comenzar a construir alternativas que apuntan a retomar el crecimiento, la preservación de equilibrios macroeconómicos, el énfasis en la distribución de la renta como instrumento de eliminación de la exclusión social y de reducción de la pobreza, así como la disminución de la vulnerabilidad externa. Frente a esta situación la integración regional es una alternativa para evitar que la globalización profundice las asimetrías contribuya a la marginalidad económica, social y política y procurar aprovechar las oportunidades para el desarrollo.⁷(DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA, S/D).

Desta forma, a questão securitária adéqua a atuação política dos países no cenário internacional. A demanda pela autonomia regional fundamenta-se na lógica securitária. Nessa

⁶ Segundo Hurrel as principais motivações da cooperação regional são: a resposta a ameaças externas, a coordenação em instituições internacionais ou fóruns de negociação e também ganhos de bem-estar e resolução de problemas comuns, principalmente derivados de elevados níveis de interdependência. Muitas vezes, os Estados consideram a troca de certo grau de liberdade de ação doméstica por uma maior influência prática sobre outros Estados e sobre a administração de problemas comuns como um *trade-off* desejável. (HURREL, 2007, p. 69).

⁷ Tradução nossa: O processo de globalização tem influenciado profundamente as nossas economias e sociedades. Recentemente tem sido possível começar a construir alternativas que apontam à retomada do crescimento, a preservação de equilíbrios macroeconômico, a ênfase na distribuição de renda como instrumento de eliminação da exclusão social e de redução da pobreza, assim como a diminuição da vulnerabilidade externa. Frente à esta situação a integração regional é uma alternativa para evitar que a globalização aprofunde as assimetrias, contribua para a marginalidade econômica, social e política e procurar aproveitar as oportunidades para o desenvolvimento (DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA).

perspectiva a continuidade do processo sul-americano de integração necessita do fortalecimento dos países enquanto bloco.

2.3 Condicionantes históricos da integração sul-americana

Três fatores atuaram para a integração sul-americana: a globalização concebendo a abertura econômica e a atenuação das inseguranças por meio da aproximação regional; o regionalismo agregado à globalização e a busca por autonomia e relativo poder no cenário internacional propiciado pelo fim da Guerra Fria passando a multipolaridade.

No ano de 1950, a integração regional econômica na América do Sul passou a ganhar relevância muito por influência da criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) no ano de 1957, vista pelos países subdesenvolvidos como uma estratégia para compensar os efeitos dos desvios comerciais do Mercado Comum Europeu. Almeida e Chalout (1999) afirmam:

A assinatura e entrada em vigor do Tratado de Roma provocam grande repercussão na América Latina. Autoridades diplomáticas e econômicas dos países da região começam a considerar a ideia de uma "zona de preferências tarifárias" no Cone Sul, envolvendo a Argentina, o Uruguai e o Chile, países entre os quais era mais intenso o intercâmbio comercial. Em virtude das disposições restritivas do GATT (artigo 24), tem-se, contudo, de passar diretamente ao modelo da zona de livre comércio. (ALMEIDA; CHALOUT, 1999, p. 147).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) igualmente exerceu influência na integração regional sul-americana. Esteves afirma com relação à criação da CEPAL:

A criação da CEPAL ocorreu em um contexto de críticas e protestos por parte dos países latino-americanos que foram excluídos dos planos de ajuda econômica que os Estados Unidos da América e os organismos multilaterais de crédito e financiamento, criados em 1944 pela Conferência de Bretton Woods, destinaram aos países europeus e asiáticos. (ESTEVES, 2008, p.175).

Em seus trabalhos iniciais, no final da década de 1940, a CEPAL preconizava a formação de um mercado comum latino-americano como estratégia para o desenvolvimento da região. Para a CEPAL, a criação de um bloco econômico na região reprimia a vulnerabilidade externa, além de desenvolver as exportações por intermédio do intercâmbio comercial com países da região e ainda pelo aumento nas exportações de manufaturados (BRAGA, 2002). A CEPAL propagava a ideia de um regionalismo aberto, ocasionando o abandono de ideias de dependência.

Em um contexto de dificuldades para manter o equilíbrio nos balanços de pagamentos e de queda no preço das commodities é que surge a primeira iniciativa de integração da região, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, composta por dez países sul-americanos e com objetivo a criação de uma área de livre comércio, assente a conformação de uma área de livre comércio com prazo máximo de doze anos.

Apesar disso a ALALC não tornou-se um mercado comum de fato. Junto ao seu fracasso, em 1980 uma nova versão do Tratado de Montevideu é assinada criando a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), tendo como objetivo central o estabelecimento de um mercado comum na América Latina baseado em uma área de preferências tarifárias. Segundo Malacrida (2010):

As funções prioritárias da ALADI consistiam, portanto no desenvolvimento dos aspectos condizentes à promoção e regulamentação do comércio recíproco, ao fomento de complementação econômica e, finalmente, ao desenvolvimento de ações econômicas cooperativas visando à ampliação de mercados. (MALACRIDA, 2010, p. 56).

A crise da dívida externa prejudicou os movimentos comerciais e principalmente a ampliação do déficit científico e tecnológico. Consequentemente a ALADI não logrou a efetivação do mercado comum, apesar de manter a ideia de integração na América Latina.

Braga salienta em relação às dificuldades enfrentadas pela América Latina no processo de integração: “o principal problema enfrentado pelo processo de integração latino-americano diz respeito ao quadro de instabilidade nas condições macroeconômicas dos países envolvidos a partir dos anos 1970⁸, condições estas agravadas nos anos 1980” (BRAGA, 2002, p.210).

Em 1969, os países andinos celebraram o Pacto Andino⁹, que mais tarde veio a formar a Comunidade Andina de Nações (CAN). O plano contava com objetivos de planejamento econômico e políticas comuns nas esferas de investimentos e industrial.

Por conseguinte, nos anos 1980, a ideia cepalina de integração passou a ser substituída por um novo modelo, marcado pela redução do poder dos Estados em frente aos constrangimentos externos. “O objetivo não era mais a ampliação dos mercados para a substituição de importações, mas, sim, a junção destes mercados na busca de maior visibilidade internacional e preparação da região para superação da crise econômica” (MOREIRA; QUINTEIROS; SILVA, 2010, p.316).

⁸ A década de 70 é marcada pelos dois choques do petróleo em 1973 e 1979, associado ao acréscimo das dívidas externas na América do Sul, ocasionando certas limitações aos países.

⁹ Sua formação inicial contava com Chile, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia. No entanto, em 1976, o Chile sai do bloco.

A década de 90 é marcada pelo Consenso de Washington¹⁰, associado a isso, a América do Sul passou a caracterizar-se por uma agenda movimentada de negociações comerciais regionais. Segundo Veiga e Rios (2007):

De um lado, acordos de integração e processos de liberalização preferencial pré-existentes adquiriram renovado dinamismo. Isso é particularmente claro no caso dos acordos bilaterais negociados no âmbito da ALADI: nos anos 90, esses acordos tornaram-se mais ambiciosos e abrangentes, configurando o que se denominou “a terceira geração” dos acordos ALADI. De outro lado, a dimensão sub-regional ganhou relevância como eixo de desenvolvimento de acordos de integração explicitamente voltados para a geração de formas mais profundas de integração, como as uniões aduaneiras e os mercados comuns (VEIGA; RIOS, 2007, p. 9).

A partir destes processos de integração, com a assinatura do Tratado de Assunção, assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em março de 1991 foi criado o Mercosul¹¹. Este proposto como um dos principais instrumentos de inserção estratégica no sistema internacional, buscando alterar o viés neoliberal, implementando políticas de redistribuição no modelo de integração produtiva, eliminando barreiras comerciais, consolidando os mercados dos países membros.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul passou a ter personalidade jurídica, facilitando assim as negociações intra-blocos. Inicialmente, o Mercosul ocasionou vantagens comerciais para a região, porém o bloco fora prejudicado pelas crises externas de 1990, aliado à crise cambial brasileira e a crise Argentina em 2001 (SEINTENFUS, 1994). De acordo com Baumann (2010):

No caso específico dos países do Cone Sul, os antecedentes históricos que permitiram chegar ao MERCOSUL têm origem ainda nos anos 70, com a assinatura do Acordo Tripartite Argentina-Brasil-Paraguai, que permitiu compatibilizar as cotas das represas hidroelétricas de Itaipu e Corpus. Em 1980, a assinatura de um convênio de cooperação nuclear entre o Brasil e a Argentina representou um segundo passo importante, para eliminar desconfianças recíprocas. (BAUMANN, 2010, p. 22).

Os resultados conquistados com o Mercosul foram os crescimentos de comércio entre os países membros do bloco, gerando a elevação das transações dos fluxos totais de comércio;

¹⁰ O Consenso de Washington fundava um “receituário” produzido nos Estados Unidos, por funcionários do governo norte-americano e técnicos do FMI, devendo ser aplicado em todos os países da América Latina.

¹¹ Dentre as características desse Mercado Comum destacam-se: i) a livre circulação de bens e serviços e de fatores produtivos entre seus membros; ii) o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países ou grupos de países; iii) a coordenação de posições em foros internacionais; e iv) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados partes. (BAUMANN, 2010, p. 23)

aumento dos investimentos dos países além de ganhos substanciais em negociações internacionais. Ainda que haja alguns dilemas, o Mercosul conseguiu a aproximação político-social dos países, viabilizado pelo processo de redemocratização instaurado no América do Sul.

Em 1994 é proposta a iniciativa da ALCA, com vistas a eliminar barreiras ao comércio e a investimentos, englobando todos os países do continente. O propósito central consistia na criação de um conjunto de regras, capazes de incorporar os países sul-americanos em um bloco único que ocorreria de forma assimétrica (BANDEIRA, 2009).

A partir da primeira reunião de presidentes da América do Sul com a presença dos doze Chefes de Estado¹² originou-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA no ano de 2000. Como afirma Couto: “A IIRSA serviria ao propósito de promover a região de uma infraestrutura básica, nas áreas de transporte, comunicações e energia, disponibilizando as bases para uma maior integração comercial e social do continente sul-americano” (COUTO, 2006, p. 57).

Essa iniciativa de integração sugere a integração física regional como condição para o desenvolvimento, de acordo com Nogueira (2008):

A iniciativa foi criada visando melhorar as relações e a integração dos países, uma vez que, depois de implantados os projetos, as barreiras físicas entre os países serão diminuídas facilitando o transporte dos produtos, bem como o intercâmbio de informações com a padronização nos sinais dos meios de comunicação, entre outros benefícios (NOGUEIRA, 2008, p. 01).

A IIRSA atua sob os princípios do regionalismo aberto, tendo em vista a minimização de barreiras da integração regional. Contudo ainda persistem alguns obstáculos a cerca da integração, para tal Nogueira (2008) sustenta:

É coerente o argumento que aponta as assimetrias entre os países como fator importante para a dificuldade de integração. Deste modo, acredita-se que as ações políticas para integração devem ser mais profundas, não alcançando apenas os meios físicos, devendo, pois, haver reflexos econômicos e sociais nas ações para que os melhores resultados possam ser alcançados (NOGUEIRA, 2008, p. 05).

Em um mundo dividido em regiões e globalizado, em 2004 é criada a Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA). Esta surge como alternativa para aumentar as relações

¹² Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela são os países que compõem a América do Sul. Somam-se ainda três territórios: Guiana Francesa, território da França, e as Ilhas Malvinas, Sandwich e Geórgia do Sul, que pertencem ao Reino Unido.

econômicas regionais e o poder de barganha nas áreas hemisféricas e internacionais. Cabe salientar que a CASA não esta inserida como uma organização como as demais citadas, mas como um acordo que acaba por intensificar o processo de criação da UNASUL. Como afirma Lima (2005):

A ideia, então, de que os países devem estar regionalmente preparados para uma competição que cruza os continentes combina-se à ampliação do espectro regional com o pressuposto de que, havendo a necessidade de inserção internacional, tanto melhor será envolver toda a América do Sul, onde seria possível até mesmo forjar uma identidade própria. (LIMA, 2005, p. 05).

A UNASUL, criada em 2008 surge em um contexto onde os Estados participantes apresentavam orientações político-ideológicas diversas, buscando assim ultrapassar o intercâmbio comercial, dando origem a um processo de integração mais amplo considerando temas como cidadania e direitos humanos. Destaca Sosa (2010):

Uno de los propósitos de la UNASUR es el mantenimiento y la reproducción del orden en la Región, evitando interferências extrañas y possibilitando condiciones propicias para la concepción y ejecución de un proceso de desarrollo compartido y sustentable. Si bien la UNASUR no tiene entre sus temas prioritários el comercial, es necessário destacar que las economías de América del Sur se insertaron en el comercio mundial fundamentalmente em función de los bienes derivados de la explotación de sus recursos naturales (SOSA, 2010, p. 18).¹³

Partindo desta premissa, a UNASUL compreende a integração como necessária para o fortalecimento do multilateralismo, na resolução de problemas que afetam a região como pobreza, desigualdade social e ainda na conquista de igualdade entre os Estados. O Preâmbulo certifica os princípios da UNASUL:

Ratifican que tanto la integración como la unión suramericanas se fundan en los principios rectores de: irrestricto respeto a la soberanía, integridad e inviolabilidad territorial de los Estados; autodeterminación de los pueblos; solidaridad; cooperación; paz; democracia; participación ciudadana y pluralismo; derechos humanos universales, indivisibles e interdependientes; reducción de las asimetrías y armonía con la naturaleza para un desarrollo sostenible; Entienden que la integración suramericana debe ser alcanzada a través de un proceso innovador, que incluya todos los logros y lo avanzado por los procesos de MERCOSUR y la CAN, así como

¹³ Tradução nossa: Um dos propósitos da UNASUL é a manutenção e a reprodução da ordem na região, evitando interferências externas e possibilitando condições propicias para a concepção e execução de um processo de desenvolvimento compartilhado e sustentável. Se bem a UNASUL não tem entre seus temas prioritários o comercial, é necessário destacar que as economias da América do Sul inseriram-se no comércio mundial fundamentalmente em função dos bens derivados da exportação de seus recursos naturais (SOSA, 2010, p.18).

la experiencia de Chile, Guyana y Suriname, yendo más allá de la convergencia de los mismos (UNASUL, 2008).¹⁴

A cooperação interestatal deve considerar as peculiaridades regionais, sendo assim a UNASUL pode conquistar grades êxitos na integração sul-americana pela tentativa de unificar vários setores, no entanto, é necessário a colaboração e empenho dos governos para sanar as divergências políticas e concretizar a unificação. Ferrari argumenta que a UNASUL pode constituir-se em um processo de integração econômica consistente, uma vez que:

At the end of the 2000s, a set of factors contributed to the ‘convergence’ of the macroeconomic performance and to face the contagious of the international financial crisis in the main South America countries: (i) lower interest rates; (ii) public accounts in general improved with low level of indebtedness; (iii) inflation stopped rising (Argentina and Venezuela were the exception); (iv) current account déficits were reduced; (v) competitive exchange rates emerged; (vi) high level of foreign exchange reserves; (vii) reduced short-term external liabilities; and (viii) capital account regulations in place” (FERRARI, 2014, p.427).¹⁵

A criação da UNASUL reflete mudanças no mapeamento político da região, com a ascensão de governos progressistas e com a redefinição dos modelos de inserção internacional de vários países da região. Logo, a experiência histórica dos projetos de integração sul-americana, informa que o aprofundamento das iniciativas na região é variável dependente do grau de autonomia alcançado pelos países frente à hegemonias do sistema internacional.

¹⁴Tradução nossa: Ratificam que tanto a integração como a União Sul-Americana funda-se em princípios norteadores: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia; participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável; Entendem que a integração sul-americana deve ser alcançada através de um processo inovador, que inclua todas as conquistas e avanços pelos processos do Mercosul e Can, assim como a experiência do Chile, Guiana e Suriname, indo mais além da convergência dos mesmos (UNASUL, 2008).

¹⁵ Tradução nossa: no final da década de 2000, um conjunto de fatores contribuiu para a "convergência" do desempenho macroeconômico e para enfrentar o contágio da crise financeira internacional nos principais países da América do Sul: (i) menores taxas de juros; (Ii) as contas públicas em geral melhoraram com baixo nível de endividamento; (Iii) a inflação parou de subir (Argentina e Venezuela foram a exceção); (Iv) déficits em conta corrente foram reduzidas; (V) taxas de câmbio competitivas emergiu; (Vi) alto nível de reservas cambiais; (Vii) redução do passivo externo de curto prazo; e (viii) a regulamentação da conta de capital no lugar " (FERRARI, 2014, p.427).

3 LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS MICHELLE BACHELET, CRISTINA KIRCHNER E DILMA ROUSSEFF

No capítulo anterior, abordaram-se conceitos a cerca de política externa e integração, desenvolvendo principalmente a integração sul-americana. Alusivo à política externa mostrou-se a ingerência doméstica nas decisões internacionais, bem como a importância da inserção do país no sistema internacional, condicionado muitas vezes pela sua reputação.

O objetivo deste capítulo será expor as linhas gerais da política externa dos governos Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff procurando indicar as principais medidas adotadas pelas presidentes em áreas específicas como segurança, bem como analisar alguns discursos presidenciais.

Durante a década de 90, os países do cone sul, estiveram marcados pelas políticas neoliberais de privatização, desregulamentação econômica, inserção dos países nos processos de globalização e pelo privilégio nas relações com os Estados Unidos. No entanto, esta conjuntura é alterada a partir dos anos 2000 com as vitórias eleitorais de partidos progressistas, todos resultados de eleições livres e democráticas, com uma ampla participação popular, permitindo assim a ascensão de novos atores que até pouco tempo eram banidos dos bastidores do cenário político (GARCIA, 2008). Os governos eleitos promoveram políticas desenvolvimentistas como à busca pela integração regional, objetivando uma inserção soberana e autônoma destes países no sistema globalizado.

Para obter a integração regional desejada, as relações com os Estados Unidos, principalmente no âmbito político sofreram relativo distanciamento. Com isso, algumas diferenças nas diretrizes da política externa foram identificadas, como por exemplo: maior consenso das visões geopolíticas dos governos progressistas, a preferência pela América Latina como espaço fundamental de relações políticas e a defesa do multilateralismo.

É notável ainda nas políticas externas das presidentas o respeito às regras do Direito Internacional e a relevância da Organização das Nações Unidas. Contudo, na esfera da ONU, encontram-se convergências nas posições dos países do Cone Sul em suas negociações de tratados acerca de temas como combate à pobreza, negociações climáticas e desarmamento.

Tais governos desempenharam uma redefinição do papel do Estado quanto à regulamentação do mercado. Realizaram assim uma “recuperação discursiva e prática (política) do Estado em termos de intervenção na vida do país” (MOREIRA, RAUS, LEYTON, 2008, p. 12). As políticas sociais semelhantemente pautaram as políticas dos

governos progressistas, sinalizando para investimentos sociais não promotores de direitos, como analisa Silva (2015 b):

São políticas sociais que não constituem um retorno ao arremedo de Estado de bem-estar social, formatado por algumas nações latino-americanas ao longo do século XX e desmontado nas décadas anteriores. Essas políticas apontam em geral para investimentos sociais que não podem ser considerados como promotores de direitos, nem baseados em concepções universalistas (SILVA, 2015, p. 74).

Dessa forma, as políticas de transferência de renda demandaram grande atenção dos governos progressistas, os quais ampliaram algumas políticas dos governos neoliberais sem apontar a universalização, constituição de novos direitos e institucionalização mais definitiva, isto é, sendo políticas focalizadas, temporárias e de governo.

Em síntese os governos progressistas obtêm hegemonia a partir da renovação dos blocos de poder anteriores, acrescentando novos setores populares e parte da intelectualidade progressista firmando novas ênfases.

3.1 Política externa de Michelle Bachelet (2006-2010)

Para analisar a política externa chilena é necessário compreender alguns fatores oriundos da política doméstica e do contexto internacional. Mesmo com a existência de dificuldades, o Chile conseguiu estabilizar um sistema democrático e de crescimento econômico resultando em uma inserção internacional notável para uma nação emergente.

A política externa chilena é assinalada por uma visão racionalista, com uma agenda econômica de inserção internacional que encaminhou uma adaptação burocrática do nível central, com a tendência da incorporação de novas temáticas como as relações com seus vizinhos. A tradição legalista e um estado civil-pragmático associado à promoção de interesses econômicos do país e associação comercial, favorecendo a internacionalização de sua economia e desenvolvimento na condução de assuntos internacionais são elementos distintivos presentes em sua política externa.

No início dos anos 90 tem fim a ditadura no Chile, com isso o país teve que abandonar a posição ocupada durante o período autoritário e passar a ocupar seu lugar no sistema internacional. As transformações ocorridas no cenário internacional como o aumento da

globalização¹⁶ e o avanço da democracia sul-americana fizeram com que os países adaptassem a política externa para um melhor posicionamento no sistema internacional. Alusivo à política externa de transição Fuentes (2011) relata:

Es un proceso inacabado que demanda avances concretos para transformarse en una matriz de largo plazo, pilar de un proyecto de desarrollo para Chile. Quien no lo entienda así se expone a sufrir los costos inherentes a un mundo en que se compete como país y como región, con ofertas integrales conformadas por la pluralidad de cada pueblo, interrelacionado con su entorno más próximo (FUENTES, 2011, p. 34).¹⁷

Na gestão de Ricardo Lagos (2000-2006) encerrou o processo de reinserção chilena no sistema internacional, cumprindo os objetivos mais importantes da política internacional como o Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos e o Acordo de Associação com a União Européia. Devido a maior aproximação com a América do Sul, Lagos projetou o princípio de solidariedade ativa com as nações latino-americanas, transformando a cooperação no eixo transversal de sua política externa. Sua política externa possuía como objetivos a busca pela autonomia energética e de recursos científicos, tecnológicos e inovadores, além do fomento à internacionalização de regiões e municípios.

Michelle Bachelet¹⁸ cumpre seu mandato como presidenta entre os anos 2006-2010. Bachelet se sobrepõe a uma perseguição implacável da ditadura de Pinochet que aniquila seu pai até a morte e leva ela e sua mãe a centros de torturas. Morris expõem como os partidários de Bachelet assimilam ela como símbolo da transição do Chile à democracia:

Bachelet's avid supporters see her as "a symbol of Chile's transition to democracy," with a rather unique life story that distinguishes her from the traditional male and female politician prototype. As the daughter of an Air Force general who was tortured and killed for opposing Pinochet's 1973 coup, and as a victim of torture herself, 17 Bachelet represents a particularly uniting force for building bridges

¹⁶ Segundo Fuentes a globalização “es causa y efecto de cambios sustanciales en el capitalismo y en los Estados nacionales, encontrándonos con un panorama extremadamente diverso, formado por una pluralidad de circuitos, actores y procesos, amplificadas por la revolución tecnológica” (FUENTES, 2010, p. 100).

¹⁷ Tradução nossa: É um processo inacabado que demanda avanços concretos para transformar-se em uma matriz de largo prazo, pilar de um projeto de desenvolvimento para o Chile. Quem não a entenda assim expõe-se a sofrer os custos inerentes a um mundo em que se compete como país e como região, com ofertas integrantes conformadas pela pluralidade de cada povo, inter-relacionada com seu entorno mais próximo. (FUENTES, 2011, p.34).

¹⁸ Michelle Bachelet nasceu em 29 de setembro de 1951, sua mãe era arqueóloga e seu pai militar. Bachelet em sua juventude assumiu a presidência do grêmio estudantil e associou-se à Juventude Socialista Chilena. Estudou medicina com ênfase em saúde pública e pediatria. Entre 1975 e 1979 esteve em exílio com sua mãe na Austrália, seu pai era preso político. Em 2000 assumiu como ministra de saúde em virtude da necessidade de criações de políticas especializadas na saúde pública do Chile, ministra da defesa em 2002, a primeira mulher do Chile a ocupar este cargo. (LARI- Laboratório de Análise de Relações Internacionais, 2011).

between the civilian government and the post-Pinochet military establishment. (MORRIS, 2005, p.20).¹⁹

Seu governo é caracterizado pela dualidade na continuação e grande mudança²⁰. A continuidade assinalada pelas orientações do partido de Concertación e a mudança concerne ao fato de ser a primeira mulher eleita na história do país para o cargo de presidenta. Como ratifica Julio e Saavedra (2006):

Continuidad porque la Concertación de Partidos por la Democracia (CPD)²¹ es la coalición de Gobierno que más tempo ha gobernado Chile en su historia y, al analizar los desafíos de la política exterior, se constata que la nueva presidenta mantiene las mismas orientaciones y prioridades programáticas. El cambio social se expresa en que por primera vez los chilenos y chilenas han elegido a una mujer para dirigir el país. Esto supone una transformación significativa en la orientación del voto femenino, pues las mujeres historicamente habían votado a partidos de derecha y en esta ocasión lo hicieron mayoritariamente a favor de la CPD (JULIO; SAAVEDRA, 2006, p. 121).²²

A política externa dos governos da CPD é caracterizada por ser coerente, com orientação para o fortalecimento do comércio, multilateralismo e a promoção da paz. O desenvolvimento das relações diplomáticas obteve um forte giro na América Latina, transformando-se em uma das prioridades de sua política externa.

O governo de Michelle Bachelet esteve marcado pela diferença na clareza das políticas de governo e pelo nível de aprovação e adesão da opinião pública. Sua política externa possuía um caráter alusivo às mudanças ocorridas no cenário internacional, sendo assim Fuentes (2007) afirma:

¹⁹ Tradução nossa: Os partidários de Bachelet a veem como "um símbolo da transição do Chile para a democracia", com uma história de vida bastante singular que a distingue do homem político tradicional e protótipo de mulher política. Como a filha de um general da Força Aérea que foi torturado e morto por se opor ao golpe de Pinochet 1973 e como uma vítima de tortura a si mesma, Bachelet representa uma força particularmente unindo para construir pontes entre o governo civil eo estabelecimento militar pós-Pinochet. (MORRIS, 2005, p.20).

²⁰ Ao assumir o governo, Michelle Bachelet depara-se com cenas tumultuosas protagonizadas por estudantes secundários, que ficou conhecida como Revolta dos pinguins, devido às cores de seus uniformes. Os estudantes pleiteavam principalmente a gratuidade do exame de seleção para a universidade, passe escolar gratuito, melhoria na merenda escolar e reforma nas instalações sanitárias. A presidenta imediatamente solucionou as demandas dos estudantes e em abril de 2007 Michelle Bachelet apresentou a nova lei da educação que fora contestada pela oposição, no entanto, com o auxílio de parlamentares a presidenta conseguiu em 2008 implementar mudanças no sistema educacional chileno. Este fato confirma o interesse da presidenta pelas questões sociais. (ZIBAS, 2008).

²¹ A Concertación de Partidos por la Democracia governa o país desde 1990, sendo formada pelo partido Demócrata Cristiano, Partido Socialista, Partido por la Democracia e Partido Radical Socialdemócrata.

²² Tradução nossa: Continuidade porque a Concertación de Partidos por la Democracia é a coalizão de governo que mais tempo tem governado o Chile em sua história e ao analisar os desafios da política externa constata-se que a nova presidenta mantém as mesmas orientações e prioridades programáticas. A mudança social se expressa porque pela primeira vez os chilenos e chilenas elegeram uma mulher para dirigir o país. Isso supõe uma transformação significativa na orientação do voto feminino, pois as mulheres historicamente haviam votado em partidos de direita e nesta ocasião fizeram majoritariamente a favor da CPD. (JULIO; SAAVEDRA, 2006, p.121).

Pese a esto, la política exterior del país ha sido altamente abierta y adaptativa a los cambios del contexto internacional. Una de las explicaciones en este sentido, es que se ha desarrollado una burocracia paralela que complementa y soluciona las demandas fuera de un esquema burocrático tradicional. La adaptación a un marco de interdependencia compleja se ha dado a partir no de transformaciones organizacionales significativas, sino más bien mediante la institucionalización de mecanismos informales que ayudan a definir el curso de acción política al más alto nivel, con espacios flexibles de interrelación entre niveles medios y altos del aparato del Estado. Asimismo, tiende a generarse una burocracia paralela, altamente profesional, que responde a las demandas urgentes de la autoridad política. (FUENTES, 2007, p. 01).²³

Para a geração de políticas de interesses governamentais, a presidenta criou um sistema de comissões amplas e plurais encarregadas pelo desenvolvimento destas. Michelle Bachelet obteve avanços significativos quanto à proteção social e agenda de gênero, preservando políticas macroeconômicas e sociais atendendo a mobilizações e pressões sociais.

Um exemplo de política social implementado pelo governo de Bachelet é a “Red Protege”, complemento do programa “Chile Solidário”, teve o intuito de reduzir as vulnerabilidades sociais gerando consequentemente a segurança interna do país. A Red Protege caracteriza-se como um sistema de proteção social, sub-dividido em várias áreas, como auxílio à universitários e programas de habitação. Nessa política há transferências de renda para cursos de graduação, para mães recentes, além de recursos de pensão para indivíduos de terceira idade (BOCAFOLI, 2013).

A diplomacia chilena buscou ressaltar o prestígio nacional como instrumento de maior diversificação de suas relações externas e presença internacional. Dita diplomacia é compreendida pela utilização das capacidades nacionais políticas, econômicas e culturais com base no funcionamento e resultados de instituições em determinados contextos internacionais.

Pertinente à política externa chilena, Bustamante e Lavín (2011) definem alguns de seus condicionantes:

En otras palabras, la estabilidad política y económica del país representa instrumentos de política exterior funcionales a una proyección externa en el concierto regional y hemisférico. Por otra parte, uno de los aspectos mas significativos de la política exterior de Chile ha sido la creciente internacionalización de su ecoeconomía y la

²³ Tradução nossa: Apesar disto, a política externa do país tem sido altamente aberta e adaptável às mudanças do contexto internacional. Uma das explicações neste sentido é que se tem desenvolvido uma burocracia paralela que complementa e soluciona as demandas fora de um esquema burocrático tradicional. A adoção a um marco de interdependência complexa tem-se dado a partir não de transformações organizacionais significativas, se não mais bem mediante a institucionalização de mecanismos informais que ajudam a definir o curso de ação política ao mais alto nível, com espaços flexíveis de inter-relação entre níveis médios e altos do aparato do Estado. Assim mesmo, tende a gerar-se uma burocracia paralela, altamente profissional, que responde às demandas urgentes da autoridade política. (FUENTES, 2007, p.97).

recurrente disputa nacional-transnacional en el marco del proceso político interno (BUSTAMANTE; LAVÍN, 2011, p. 88).²⁴

A paz, segurança internacional, defesa dos direitos humanos, o livre comércio e o desenvolvimento social têm sido fundamentais na promoção do multilateralismo. Uma das ações marcantes da política externa de Bachelet é a sua ativa participação na criação do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Sua participação implica a renovação do compromisso com o fortalecimento do multilateralismo no âmbito da proteção e promoção do respeito dos direitos fundamentais das pessoas.

O Chile a partir da década de noventa estabeleceu uma política voltada à integração regional, refletida na estratégia de regionalismo aberto. Relativo ao regionalismo aberto Julio e Saavedra (2006) discorrem:

La política de regionalismo abierto impulsada desde comienzos de los años noventa representó una de las mayores innovaciones en política exterior de las últimas décadas, y se convirtió además en el pilar fundamental de la estrategia chilena de apertura al mundo. El objetivo principal de la inserción económica fue la consolidación y ampliación de los mercados de exportación para fortalecer la presencia internacional de Chile en el comercio y la inversión externa (JULIO; SAAVEDRA, 2006, p. 122).²⁵

Durante seu mandato, Bachelet manteve suas prioridades persuadidas pelo contexto regional, característica marcante do partido de Concertación: “Más allá de los temas económicos y comerciales en materia de integración regional, las relaciones vecinales constituyen un aspecto central de la política exterior de la CPD” (JULIO; SAAVEDRA, 2006, p. 124).

Segundo Julio e Saavedra, três aspectos são de suma importância para interpretar a postura adotada pela presidenta em sua estratégia de política externa:

Primero, el escenario regional anteriormente descrito y que se caracteriza por la fragmentación política y una configuración de intereses *ad hoc* em una serie de temas políticos, económicos y comerciales. Segundo, la alta probabilidad de que se refuercen los elementos de continuidad de la política exterior de Chile vinculados al

²⁴ Tradução nossa: Em outras palavras, a estabilidade política e econômica do país representa instrumentos de política exterior funcionais a uma projeção externa no concerto regional e hemisférico. Por outra parte, um dos aspectos mais significativos da política exterior do Chile tem sido a crescente internacionalização de sua economia e a recorrente disputa nacional-transnacional no marco do processo político interno. (BUSTAMANTE; LAVÍN, p. 88).

²⁵ Tradução nossa: A política do regionalismo aberto impulsionada desde inícios dos anos noventa representou uma das maiores inovações em política exterior das últimas décadas e, se converteu ademais no pilar fundamental da estratégia chilena de abertura ao mundo. O objetivo principal da inserção econômica foi a consolidação e ampliação dos mercados de exportação para fortalecer a presença internacional do Chile no comércio e a inversão externa. (JULIO; SAAVEDRA, 2006,p.122).

impulso del libre comercio, a la promoción de la paz y la defensa de la democracia, y al fortalecimiento de las instituciones multilaterales. Tercero, la brevedad del mandato (cuatro años), que obligará a Bachelet a priorizar los temas que considere centrales y a dar continuidad a los que están en curso (JULIO; SAAVEDRA, 2006, p127).²⁶

Desse modo, a política externa chilena é determinada por princípios fundamentais como a primazia pela democracia, direitos humanos, fortalecimento e estímulo das instâncias de cooperação regional e participação ativa no multilateralismo, associado às premissas históricas de legalismo. As questões econômicas detém certo prestígio na política externa chilena, com isso o reestabelecimento democrático proporcionou a presidenta uma estratégia de abertura econômica mediante acordos bilaterais e multilaterais com a preferência por mercados regionais.

3.2 Política externa de Cristina Kirchner (2007-2011)

A fim de compreender as diretrizes norteadoras da política externa de Cristina Kirchner faz-se necessário a exibição da política de seu antecessor Néstor Kirchner, posto que muitas de suas ações evidenciaram sequência às do governo anterior.

Néstor Kirchner assumiu a presidência no dia 25 de maio de 2003. Seu posicionamento externo foi condicionado pelo default com os credores privados. A crise da dívida externa, além de afetar o país economicamente emergiu como questão essencial nas relações exteriores do país. A complexa negociação com o FMI incorporou-se na agenda das relações da Argentina com os Estados desenvolvidos. Kirchner desde o início de sua gestão confrontou-se com o Fundo, tendo por finalidade o fortalecimento de sua imagem em prol da defesa dos interesses de seu país. Segundo Silva: “O projeto político e econômico de Néstor Kirchner teve forte influencia do modelo peronista dos anos 1970 e do pensamento autonomista puigiano que se fundamentou na análise da política externa argentina em relação à potência dominante” (SILVA, 2010, p.17).

²⁶ Tradução nossa: Primeiro o cenário regional anteriormente descrito e que caracteriza pela fragmentação política e uma configuração de interesses ad hoc em uma serie de temas políticos, econômicos e comerciais. Segundo, a alta probabilidade de que se reforçam os elementos de continuidade da política exterior do Chile vinculados ao impulso do livre comércio, a promoção da paz, a defesa da democracia e ao fortalecimento das instituições multilaterais. Terceiro o breve período do mandato (quatro anos), que obrigará a Bachelet priorizar os temas que considere centrais e a dar continuidade aos que estão em curso. (JULIO; SAAVEDRA, 2006, p127).

Na prática do governo de Néstor Kirchner²⁷ estiveram presentes os pressupostos como pragmatismo, autonomia heterodoxa e o ideário continental. Em seu discurso de posse Kirchner aponta a criação de um novo projeto político quanto à retórica autonomista: “Este proyecto nacional que expresamos, convoca a todos y cada uno de los ciudadanos argentinos y por encima y por fuera de los alineamientos partidarios a poner mano a la obra de este trabajo de refundar la pátria”²⁸ (KIRCHNER, 2007). O pragmatismo obteve extrema relevância na restauração da imagem do país no sistema internacional, reflexos estes da dívida externa enfrentada pelo país.

Una relación seria, amplia y madura con los Estados Unidos de América y los Estados que componen la Unión Europea, es lo que debe esperarse de nosotros, el estrechamiento de vínculos con otras naciones desarrolladas y con grandes naciones en desarrollo del Oriente lejano y una participación en pro de la paz y la obtención de consenso en ámbitos como la Organización de las Naciones Unidas para que efectivamente se comprometa con eficacia en la promoción del desarrollo social y económico ayudando al combate contra la pobreza (KIRCHNER, 2007).²⁹

Kirchner durante seu mandato desenvolveu princípios, os quais respaldaram a política externa argentina, como o cumprimento e promoção dos direitos humanos, a democracia, o multilateralismo e a procura de consensos. O planejamento autonomista e a realização do interesse nacional partem do princípio de que a Argentina possui um espaço de autodeterminação limitado para assim comprovar a inevitabilidade de uma estratégia de inserção não subordinada no sistema internacional de poder. Conforme o ministro Bielsa: “Tenemos que hacer un esfuerzo permanente por ampliar los márgenes de maniobra a través de alianzas políticas y alineamientos con tradiciones de política exterior que coincidan con las nuestras” (BIELSA, 2005, p. 71)³⁰.

²⁷ Os pressupostos da terceira posição estiveram presentes no governo de Néstor Kirchner. A Terceira Posição é a doutrina e prática das relações externas dos governos justicialistas. (SIMONOFF, p.1, 2008). Uma política externa autônoma que se originou na primeira etapa do governo de Perón (1946-1955) e tinha como pressuposto a superação da condição dependente e periférica dos países latino-americanos em relação às grandes potências.

²⁸ Tradução nossa: Este projeto nacional que expressamos, convoca a todos e a cada um dos cidadãos argentinos, em cima e por fora dos alinhamentos partidários a por mão à obra deste trabalho de refundar a pátria. (KIRCHNER, 2007).

²⁹ Tradução nossa: Uma relação seria ampla e madura com os Estados Unidos da América e os Estados que compõem a União Européia, é o que deve se esperar de nós, o estreitamento de vínculos com outras nações desenvolvidas e com grandes nações em desenvolvimento do distante Oriente e uma participação em prol da paz e a obtenção de consenso em âmbitos como a Organização das Nações Unidas para que efetivamente se comprometa com eficácia na promoção do desenvolvimento social e econômico ajudando ao combate contra a pobreza. (KIRCHNER, 2007).

³⁰ Tradução nossa: Temos que fazer um esforço permanente para ampliar as margens de manobra através de alianças políticas e alinhamentos com tradições de política exterior que coincidem com as nossas. (BIELSA, 2005a, p. 71).

Destarte a integração ganha seu espaço na política do governo de Néstor Kirchner, este a concebia como mecanismo que permitia ao país uma maior margem de manobra no sistema internacional, por conseguinte ajudaria na geração de recursos para alcance do projeto de desenvolvimento. Destaca Bielsa (2005):

Integrarnos es darnos cuenta de que cuantos más nos acercamos a quienes se parecen a nosotros, mayor masa crítica y volumen alcanzaremos para negociar internacionalmente. Por eso es que hoy tenemos claro que sólo a partir de asociaciones estratégicas consolidadas – no simplemente declamadas-, nuestra voz sonará más fuerte y podremos atender mejor intereses vitales, incluyendo la superación de la miseria y la injusticia. (BIELSA, 2005, p. 82).³¹

Conforme foi exposto, o objetivo de Kirchner era manter o desenvolvimento interno como força motriz da política externa argentina. A renegociação da dívida externa, a política econômica e a política externa do país foram áreas de grande prestígio durante o mandato de Kirchner. A política externa serviria como estratégia para uma melhor inserção internacional do país uma vez que as condições econômicas do país geraram muitas consequências internas e externas.

Cristina Fernández de Kirchner³² assume o governo no ano de 2007 com a tarefa de dar seguimento ao projeto de desenvolvimento de Néstor Kirchner³³. Cristina Fernández assumiu um país com mudanças significativas se comparada ao período anterior, principalmente no que tange à recuperação do default. Assim, a abordagem da dívida externa

³¹ Tradução nossa: Integrarnos é darmos conta de que quanto mais nos aproximamos a quem se parece a nós, maior massa crítica e volume alcançaremos para negociar internacionalmente. Por isso que hoje temos claro que só a partir de associações estratégicas consolidadas- não simplesmente declamadas-, nossa voz soará mais forte e poderemos atender melhor os interesses vitais, incluindo a superação da miséria e a injustiça. (BIELSA, 2005a, p. 82).

³² Cristina Kirchner nasceu em 1953 em Tolosa na Argentina. Estudou direito na Universidade de La Plata, nesse mesmo período conheceu seu marido Néstor Kirchner com quem teve dois filhos. Quando universitária participou da Juventude Peronista interessando-se pelos Direitos Humanos. Foi deputada e presidenta da comissão de assuntos institucionais da Câmara de Deputados, ocupando ainda o cargo de senadora. Nas eleições quando candidatou-se à presidenta foi eleita com 45% dos votos, representando a Frente para a Vitória(FPV), estabeleceu a liderança de seu grupo mantendo-se à frente do Partido Justicialista(PJ). (LARI- Laboratório de Análise de Relações Internacionais, 2011).

³³ Kirchner promoveu uma estratégia heterodoxa de desenvolvimento, seguida mais tarde por Cristina Fernández, que se caracterizava pelas seguintes diretrizes: i) elevado nacionalismo econômico expresso na proteção da produção nacional e na reestatização de empresas estrangeiras, a exemplo da empresa de aviação Aerolíneas Argentina; ii) recomposição do papel do Estado na regulação da economia e como provedor de investimentos; iii) câmbio flutuante depreciado com o intuito de fomentar a competitividade das exportações argentinas; iv) taxa de juros reduzidas como incentivo à atividade produtiva interna, tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, na forma de crédito ao consumo e investimento; v) controle da entrada e saída de capital e recomposição das reservas internacionais de modo a tornar o câmbio mais competitivo e atenuar a vulnerabilidade externa das reservas internacionais de modo a tornar o câmbio mais competitivo e atenuar a vulnerabilidade externa.(SANTOS,2013, p. 71).

não representava um fator decisório de sua política externa³⁴. No entanto, como salienta Torres: “la adhesión manifiesta al desendeudamiento integró, desde el inicio del período, el discurso oficial” (TORRES, 2009, p. 119). No plano interno os desafios apresentavam-se a fim de fortalecer as instituições, firmar ações para a redução do desemprego a acentuação de políticas de inclusão social, combate à insegurança e controle de inflações.

Em sua gestão Cristina Kirchner priorizou quatro eixos fundamentais de ação: a sociedade, as instituições, a inserção no cenário internacional e o modelo de acumulação com inclusão social. Apesar da necessidade do governo Argentino ter de adequar-se à conjuntura econômica global, a situação interna demandou especial atenção do governo, tornando-se um condicionante para a projeção externa do país. Exemplo dessa condicionalidade fora a crise enfrentada pelo país em 2008: “a crise interna com o setor agropecuário³⁵, em 2008, paralisou o governo e afetou inclusive a política externa do país fazendo com que a presidente cancelasse vários compromissos externos programados” (SIMONOFF, 2010, p. 441). Além da crise do setor agropecuário o país é afetado pelas repercussões da crise financeira internacional, resultando na chamada “crise das hipotecas subprime”. No que diz respeito à crise internacional, o governo participou fortemente em reuniões de cúpulas, especialmente da Rodada de Doha e do G-20. Com tais participações o governo argentino utilizou-se do princípio de multilateralismo e a busca por capacidades que impulsionassem sua margem de manobra na esfera internacional. A presidenta enfatiza tal posicionamento em seu discurso:

Sinceramente estamos convencidos que es necesario construir una nueva multilateralidad en la que realmente todos estemos en igualdad de condiciones, donde el manual del curso a seguir y de las obligaciones y de los derechos, sea igual para los países ricos que para los países pobres, que también sean iguales los derechos y responsabilidades que tienen las naciones en desarrollo y las que también tienen las que están en vías de desarrollo. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2009).³⁶

O pragmatismo quanto a questões específicas seguiu os traços de seu antecessor. Em seu discurso de posse temas como terrorismo e direitos humanos estiveram presentes:

³⁴ La retórica de la mandataria, revestida de componentes ideológicos; su interpretación del sistema internacional; su postura crítica frente a las políticas neoliberales y al rol de los organismos multilaterales de crédito; reflejaron puntos en común con la orientación que presentó la política internacional de la gestión Kirchner. (TORRES, 2009, p.122).

³⁵ O governo federal através de uma resolução modificou o sistema de taxaço das exportações agrícolas, tornando-as flutuantes, ação esta visando o acompanhamento dos preços no mercado internacional.

³⁶ Tradução nossa: Sinceramente estamos convencidos que é necessário construir uma nova multilateralidade em que realmente todos estejam em igualdade de condições, onde o manual do curso a segui, as obrigações e os direitos, sejam iguais para os países ricos e pobres, que também sejam iguais os direitos e responsabilidades que tem as nações em desenvolvimento e as que também as que estão em vias de desenvolvimento. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2009).

Hemos vivido los argentinos dos veces, en 1992 y 1994, los ataques del terrorismo global. La lucha en la que estamos comprometidos contra ese terrorismo tampoco nos debe llevar a justificar que por temor al terrorismo global incurramos en la violación global de los derechos humanos. No creo en esa ecuación. No lo creo por convicción y no lo creo por estrategia política en la lucha contra el terrorismo. Creo que, por el contrario, es una estrategia que abona y que es absolutamente funcional a los objetivos que ellos pretenden lograr. Por eso creo que es no solamente de gente sensible ante la condición humana, sino inteligente adoptar metodologías que precisamente no conlleven ningún tipo de violación a los derechos humanos.(FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).³⁷

As relações com os Estados Unidos foram marcadas por avanços e retrocessos, peculiaridade de um governo que adotou como estratégias a autonomia e o pragmatismo. Durante o governo de George W. Bush as relações bilaterais foram estremecidas por dois acontecimentos, primeiro o caso da mala de dólares provenientes da Venezuela acirrado pela possível ligação da Venezuela com a campanha da presidenta; o segundo está associado à tentativa de reativação de uma das frotas navais dos Estados Unidos, objetivando a realização de exercícios em águas limites da América Latina e Caribe. Conquanto com a eleição do presidente Barack Obama surgiu a perspectiva argentina de que a origem democrata do presidente assegurava uma nova aproximação e aprofundamento nesta relação bilateral. A mudança viria a respaldar um dos eixos da política externa do governo argentino: “queremos en este mundo global también fijar nuestra posición en cuanto a una necesidad imperiosa, la reconstrucción del multilateralismo. Un mundo unilateral es un mundo más inseguro, más injusto” (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007)³⁸. A relação amistosa estabelecida entre Estados Unidos e Argentina durante os governos de Barack Obama e Cristina Kirchner foi abalada pelo caso de apreensão de parte de uma carga de um avião dos Estados Unidos, onde traziam armamentos para um grupo seleta da Polícia Federal Argentina.

A principal diferença na política de Cristina Kirchner em relação a seu antecessor é a preferência por movimentos juvenis e outras organizações sociais em desvantagem à organizações sindicais e políticas tradicionais. Silva (2012) destaca em relação à política externa argentina:

³⁷ Tradução nossa: Temos vivido os argentinos, duas vezes, em 1992 e 1994, os ataques do terrorismo global. A luta em que estamos comprometidos contra esse terrorismo tampouco deve nos levar a justificar que por temor ao terrorismo global cometamos a violação global dos direitos humanos. Não acredito nessa equação. Não creio por convicção e não creio por estratégia política na luta contra o terrorismo. Acredito que, pelo contrário, é uma estratégia que paga e que é absolutamente funcional aos objetivos que eles pretendem conseguir. Por isso creio que é não somente de gente sensível frente à condição humana, se não inteligente adotar metodologias que precisamente não envolvam nenhum tipo de violação dos direitos humanos. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).

³⁸ Tradução nossa: Queremos neste mundo global também fixar nossa posição enquanto a uma necessidade imperiosa, a reconstrução do multilateralismo. Um mundo unilateral é um mundo mais inseguro e mais injusto. (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007).

Na política externa há uma forte tendência na direção de uma diplomacia presidencial de alto perfil. A iniciativa protagonizar críticas à crise financeira gerada pelos países desenvolvidos e de sugerir soluções com base na experiência recente e bem sucedida da Argentina, aliada à defesa incondicional dos direitos humanos, são alguns sinais dessa diplomacia. (SILVA, 2007, p. 26).

No ano de 2010, Cristina Fernández de Kirchner alterou a composição de seu grupo de apoio, afastando-se do projeto inicial amplamente apoiado pelo Partido Justicialista. “Essa nova aliança poderia abarcar tanto os dissidentes do radicalismo como das esquerdas peronistas e não peronistas” (CORIGLIANO, 2011, p. 24).

Ao final de 2007, a política externa argentina evidenciou uma forte relação com o Brasil, beneficiada pelo alto grau de institucionalidade e com o desafio de uma complexa agenda bilateral (MIRANDA, 2007). Exemplo desse grau de relacionamento é a criação em dezembro de 2007 do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil- Argentina (MICBA), coordenado pelo Itamaraty e San Martín, com reuniões de subcomissões temáticas e duas reuniões anuais de presidentes. No âmbito do mecanismo foram identificados temas como prioritários para o desenvolvimento da cooperação econômica, científica, tecnológica, de infraestrutura, militar e social (GRANATO, 2012).

As medidas adotadas pela presidenta foram reflexos da ação externa de um Estado, destinadas a cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida de sua população. O cancelamento de débitos externos responde à necessidade de reinserção internacional do país, revogando os conceitos desfavoráveis de sua imagem internacionalmente, tornando-se um ator previsível em seu comportamento. Corigliano define a política externa de Cristina Fernández de Kirchner como uma típica política peronista versão século XXI:

En su propuesta interna comparte con el peronismo histórico virtudes en política social –como la asignación universal por hijo- y defectos –como la concentración del poder en manos del líder de turno y de actores sociales a éste aliados y el escaso apego por la libertad de prensa y por la independencia del Legislativo y del Judicial respecto del Ejecutivo-. La crisis de gobernabilidad de 2001 minimizó las primeras y agravó los segundos. En su propuesta exterior, Kirchner y Cristina, en tanto presidentes formuladores e implementadores de sus propios lineamientos de política exterior, han privado a sus respectivos cancilleres y representantes de las embajadas del margen de maniobra necesario para actuar de manera autónoma, repitiendo la histórica tendencia verticalista del peronismo (CORIGLIANO, 2011, p.26).³⁹

³⁹ Tradução nossa: Em sua proposta interna, comparte com o peronismo hitórico virtudes em política social- como a alocação universal por filho e defeitos- como concentração do poder em mãos de líderes de turno e atores sociais a estes aliados e o escasso apego pela liberdade de imprensa e pela independência do legislativo e judiciário em relação ao executivo. As crises de governabilidade de 2001 minimizou as primeiras e agravou os segundos. Em sua proposta exterior, Kirchner e Cristina em tanto presidentes formuladores implementadores de

Logo, o que percebe-se na gestão de Cristina Kirchner não são mudanças de programas nem de metas de política externa, não há mudanças nas tomadas de decisões e sim ajustes com certo grau de profundidade. Os ajustes ocorridos estão relacionados aos diferentes cenários propostos pelo sistema internacional, trata-se de mudanças nas percepções dos atores que mantém a busca pela autonomia e prestígio como fatores indenitários para estratégia de inserção.

3.3 Política externa de Dilma Rousseff (2010-2014)

Semelhante aos outros dois governos analisados anteriormente - Michelle Bachelet e Cristina Fernández de Kirchner- é indispensável neste capítulo a análise das ações de seu predecessor, uma vez que a política externa atual possui um tom de continuidade destas ações.

Luiz Inácio Lula da Silva governou o país de 2006 a 2010. Muitas de suas iniciativas estavam presentes na vertente de negociações internacionais, na procura de coordenação política com países em estágio de desenvolvimento. No cenário internacional a multipolarização de poder e a crise financeira de 2008 proporcionaram novos caminhos para a posição brasileira. Buscou-se então a promoção de um revisionismo nas instituições internacionais, aspirando melhorias na participação brasileira na política internacional (ALMEIDA, 2007).

A esfera econômica obteve maiores mudanças, na qual autonomistas buscavam um modelo desenvolvimentista, tendo o Estado um papel mais atuante na política internacional, estes enalteciam ainda uma participação influente em foros multilaterais.

O governo Lula expôs uma postura mais assertiva à defesa de soberania e interesses nacionais. Para inserção internacional do país o governo buscou ampliar os parceiros e as estratégias brasileiras, dando ênfase à cooperação sul-sul com certos ajustes e aumento do protagonismo internacional. A respeito da política externa brasileira Barbosa (2011) afirma:

A política externa brasileira tradicionalmente mantém uma linha de coerência nas suas principais prioridades. Historicamente, se caracteriza pela ausência de movimentos bruscos ou por zigue-zagues, tão comuns em nosso Continente. Com maiores ou menores ênfases nas principais linhas de atuação, a política externa nunca se desviou de seu leito principal. Nas mudanças de governo, alteram-se as ênfases e o tom, surgem novas áreas, que marcam as diferenças na ação externa dos antecessores, mas permanece o essencial. Embora tenham tido origem em

suas próprias linhas de política externa tem privado a seus respectivos chanceleres e representantes das embaixadas de margem de manobra necessária para atuar de maneira autônoma, repetindo a histórica tendência verticalista do peronismo. (CORIGLIANO, 2012, p.26).

administrações anteriores, algumas ações da política externa do governo Lula foram apresentadas como avanços, conquistas ou novidades, em virtude do embasamento ideológico com que foram revestidas. (BARBOSA, 2011, p. 04).

A aspiração pela crescente projeção externa brasileira foi impulsionada por questões como estabilidade da economia, de instituições, controle da inflação, discussão de temas como meio ambiente, mudanças climáticas, energia e direitos humanos. A política externa brasileira, que busca a autonomia como forma de atuação externa, durante os anos do governo de Lula marcou o retorno pela diversificação de parcerias e de instâncias para efetivar uma inserção mais autônoma. Do ponto de vista regional, portanto, é preciso considerar esse aspecto de nossa diplomacia, porque ele remete à ideia de que o país não deseja estar limitado em sua ação externa por nenhum arranjo que possa lhe causar constrangimentos (VIGEVANI, et al., 2008).

Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014) sustentam que a transição do governo Lula para Dilma Rousseff representaria um evidente declínio da política externa brasileira. Esse declínio estaria presente na falta de soluções para os problemas econômicos enfrentados pelo país como o processo de desindustrialização e queda do PIB.

Dilma Rousseff⁴⁰ assumiu o governo no ano de 2010 e herdou de Luiz Inácio Lula da Silva algumas estratégias quanto à política externa como, por exemplo, a trajetória revisionista de instituições internacionais, ativa atuação em fóruns multilaterais e uma inclinação proativa para os países sul-americanos. Um dos tópicos defendidos pela presidenta em seu governo fora a temática de gênero na política internacional. Cervo e Lessa (2014) definem a política externa de Dilma Rousseff como continuidade frouxa e lerda, onde o Estado encontra dificuldades em manter o diálogo intenso com segmentos da sociedade, de que resultara a ascensão brasileira como potencia emergente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Sendo assim, os princípios, estratégias e objetivos do governo Dilma são os mesmos da gestão anterior, mesmo com ajustes na intensidade de ação externa.

Os autonomistas, corrente política predominante no Itamaraty durante o governo Lula, seguiram nas posições do ministério⁴¹. Apesar da continuidade em estratégias e visões

⁴⁰ Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais em dezembro de 1947. Em 1967 ingressou na universidade Federal de Minas Gerais para cursar Ciências Econômicas, no período de ditadura militar, envolveu-se em movimentos contra o regime. No Rio Grande do Sul foi secretária da Fazenda na prefeitura de Porto Alegre e presidente da Fundação da Economia e Estatística. Foi ministra das Minas e Energia, depois ministra-chefe da casa civil. (LARI- Laboratório de Análise de Relações Internacionais, 2011).

⁴¹ Sobre a continuidade na burocracia, diversos nomes foram mantidos em pastas importantes, como Celso Amorim, Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro Guimarães, entre outros. Antonio Patriota, por exemplo, foi Secretário-Geral das relações exteriores no final do governo de Lula, e a mudança de Patriota para Luiz Alberto

mundiais, o país perdeu relativo protagonismo da política global, muito por conta do contexto econômico interno e internacional.

Durante seu governo, Dilma Rousseff enfrentou cenários internacionais desfavoráveis. Como salienta Saraiva (2014):

Durante o período a crise econômica deu lugar a recuperação econômica norte-americana e, progressivamente, ao controle da crise por parte da zona euro. Essa mudança reforçou a centralidade do G7 e reduziu os espaços de atuação dos países emergentes no interior do G20 financeiro (SARAIVA, 2014, p. 44).

A presença de choques externos interfere diretamente na condução da política externa, sendo assim, Cornetet identifica alguns acontecimentos externos que influenciaram a postura da presidenta frente à política externa: “as revoltas árabes, a permanência da crise econômica mundial e as revelações de espionagem da National Security Agency” (CORNETET, 2014, p.136)⁴².

Além das consequências geradas pelo período de crise⁴³, os deslizamentos com relação à Rodada de Doha associados à formação de blocos de livre comércio e acordos bilaterais dificultaram a inserção brasileira na economia mundial. Ainda que o multilateralismo estivesse em crise, muitos países emergentes não conseguiram estabelecer uma agenda política global.

O Itamaraty, defensor de uma política externa com alta participação brasileira em questões internacionais e ganhos progressivos perdeu relativo espaço. Questões econômicas de curto prazo teriam voltado a ocupar um papel central na política externa em detrimento de ações políticas de projeção internacional e de um comportamento estratégico mais geral. (VEIGA; RIOS, 2011).

Dilma Rousseff afirma as credenciais brasileiras na busca por um lugar proeminente no sistema internacional, realizando assim a reforma de organismos internacionais: “Temos insistido na inter-relação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de

Figueiredo não parece ter provocado grandes mudanças, mesmo porque Patriota continuou com cargo relevante na formulação da política externa (CORNETET, 2014, p. 141).

⁴² As revoltas árabes complicaram a política externa brasileira para a África e Oriente Médio; a continuidade da crise mundial incentiva uma posição mais demandante da PEB para a garantia do desenvolvimento e limitam a margem de ação do Brasil no exterior, além de levar a política externa brasileira a atuar criticamente em relação a países desenvolvidos cujas ações agravavam a situação econômica do país; a revelação da espionagem da National Security Agency envolvendo a interceptação da presidenta e de empresas estatais brasileiras levou a articulação com a Alemanha de uma resolução condenando a espionagem. (CORNETET, 2014).

⁴³ Em um de seus pronunciamentos a presidenta refere-se à crise “O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política. Uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações” (ROUSSEFF, 2011).

desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.” (ROUSSEFF, 2011 a).

Alusivo ao multilateralismo, os posicionamentos brasileiros conservaram os expostos pelo governo de Lula. A defesa do multilateralismo esteve apoiada na concepção de revisão de instituições internacionais. Segundo a presidenta:

O multilateralismo está hoje mais forte depois da Rio+20. A Rio+20 projetou um poderoso fecho de luz sobre o futuro que queremos. Temos de levá-lo avante. Temos a obrigação de ouvir os repetidos alertas da ciência e da sociedade, no que se refere à mudança do clima (ROUSSEFF, 2011 a).

Referente à segurança internacional a busca pelo papel de liderança esteve presente, como afirma a presidenta:

Referente à segurança internacional a diplomacia brasileira buscou preservar a tática do papel de liderança, não deixando de lado o princípio de responsabilidade de proteger⁴⁴. Sendo assim o país teve como princípios norteadores de sua posição: a não intervenção militar e solução diplomática de controvérsias. As questões de Segurança Internacional, nos discursos da presidenta evidenciaram a contribuição conceitual defendida pelo Brasil como princípio da “responsabilidade ao proteger”: O Brasil sempre lutará para que prevaleçam as decisões emanadas da ONU. Mas queremos ações legítimas, fundadas na legalidade internacional. Com esse espírito, senhor presidente, defendi a necessidade da “responsabilidade ao proteger” como complemento necessário da “responsabilidade de proteger” (ROUSSEFF, 2012).

A aspiração pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas perdeu impulso durante o governo Dilma. O Fórum IBAS reprimiu sua ação no tema e o BRICS, não formulou uma posição de apoio à entrada permanente do Brasil no Conselho de Segurança. Com isso, a diplomacia brasileira passou a entender as ações do BRICS como prioritárias.

A parceria estratégica com a União Europeia não obteve muitas conquistas no governo de Dilma, foram desenvolvidos alguns diálogos bilaterais frente a temas de agenda global. O intercâmbio de estudantes fora a área que recebeu especial atenção da presidenta.

Outro tema existente na gestão de Dilma Rousseff é a política externa de direitos humanos. Dilma dá continuidade à política de Lula, mantendo o idealismo e não seletividade em âmbito multilateral, defesa da dignidade humana e a não utilização da força pelo Estado. Foram implementados programas de combate à fome, à pobreza e questões de cunho social de

⁴⁴ A “responsabilidade ao proteger” sugeria que medidas de coerção violenta deveriam ser implementadas apenas como última alternativa e, em caso de intervenção militar, o Conselho de Segurança deveria monitorar sua implementação. Essa ideia não teve apoio das potências estabelecidas que defendem que, em situações de crise, é importante haver flexibilidade para se poder mobilizar diferentes instrumentos de assistência e coerção (incluindo recursos militares). (SARAIWA, 2016, p.44).

desenvolvimento⁴⁵. Salienta a presidenta em seu discurso: “adotamos no Brasil um modelo econômico com inclusão social, que se assenta na geração de empregos, [...] na valorização do salário e na construção de uma vasta rede de proteção social, particularmente por meio do nosso programa Bolsa Família” (ROUSSEFF, 2012).

Alusivo à questão de direitos humanos na gestão da presidenta Dilma, Silva (2015 a) faz uma relação com política interna e externa:

O entrelaçamento entre doméstico e externo da política externa de direitos humanos do governo Dilma Rousseff é feita de dentro para fora: a atuação doméstica do Brasil é apresentada ao nível internacional, como forma de confirmar o cumprimento dos princípios internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos, e de legitimar a posição do Brasil como um país em desenvolvimento, respeitador dos direitos humanos, que pode vir a servir de exemplo aos outros países. (SILVA, 2015, p. 19).

O ministro Luiz Alberto Figueiredo, em um de seus discursos enfatiza o pragmatismo e uma mudança na auto definição da política externa brasileira do Governo Dilma Rousseff tornando-se ativa e diversificada, distanciando-se da diplomacia ativa e altiva da gestão antecessora:

Na busca do desenvolvimento, o Brasil vem seguindo uma política externa ativa e diversificada. A diversidade é, mais do que nunca, a palavra de ordem. No mundo multipolar em formação, não há espaços para opções ou parcerias excludentes. O desafio reside em operar simultaneamente em múltiplos planos, sem alinhamentos automáticos. O reforço das relações e da integração na América do Sul, em particular no MERCOSUL, é elemento fundamental dessa estratégia diversificada. Com um entorno estável e próspero asseguramos melhores condições para nosso desenvolvimento e para nossa inserção internacional. A América do Sul tem logrado dar respostas próprias aos desafios enfrentados pela região nos mais variados campos (FIGUEIREDO, 2014).

A política externa de Dilma Rousseff pode ser entendida a partir de duas características: a primeira de influencia interna, quando o âmbito interno mostra-se desfavorável ao governante e à sua política e a segunda proposta por Putnam (2010), de interligação entre políticas internas e externas, sendo a política externa constituída por interesses de nível nacional e conseqüentemente grupos internacionais que atendem às demandas internas. O destaque nas relações com países em desenvolvimento e a busca por autonomia em relação aos países centrais e por maior protagonismo continuam fortemente

⁴⁵ Esta noção de desenvolvimento abrange não apenas seu âmbito econômico, mas ressalta que o desenvolvimento de um país só é alcançado com a melhoria das condições sociais da população, em especial da erradicação da fome, relacionando intensamente o desenvolvimento com a questão dos direitos humanos. Além disso, tal ideia está implícita no princípio de que todos os seres humanos têm direito ao desenvolvimento, formalizada pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU, de 1986.

presentes. A mudança, ainda que pequena, está no estilo dos respectivos presidentes e chanceleres.

4 POLÍTICA EXTERNA PARA A INTEGRAÇÃO

Finalizado o estudo das linhas gerais das políticas externas dos três governos objetos de análise deste trabalho, neste capítulo será explorado a relevância dada à integração sul-americana nas diretrizes da política externa dos governos Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff bem como seus posicionamentos em organizações integracionistas como Mercosul, Unasul e IIRSA.

A aproximação das políticas externas sul-americanistas ao multilateralismo, estão associadas à interesses nacionais, fatores funcionais, identidade e valores . Estes combinam aspirações sindicalistas e integração regional e por outro seu tradicional ativismo em organizações universais e a formação do direito internacional.

A política externa com suas dimensões política-diplomática, militar-estratégica e econômica projeta ao cenário externo estratégias e objetivos distintos, derivados de um processo decisório onde estão envolvidos distintos atores. Entre os valores predominantes na sociedade sul-americanas estão o desenvolvimento, autonomia, paz, estabilidade externa, respeito pela diversidade cultural e a democracia. Referente à tais valores Bernal (2008) reitera:

La mayoría de estos valores compartidos son oportunidad y fundamento para acciones de diplomacia colectiva y creación de distintas redes de cooperación e integración. Así, con el fin de realizar esos valores, dentro de la política exterior pueden darse diversas y coexistentes estrategias; entre ellas, las de cooperación e integración institucionalizadas, sean éstas bilaterales, subregionales o regionales. (BERNAL, 2008, p. 12).⁴⁶

Sendo assim, as estratégias nacionais de integração devem ser analisadas tendo como plano de fundo as políticas externas dos países membros associadas às mudanças sistêmicas do cenário internacional. O continente sul-americano contém condições privilegiadas para inserir-se internacionalmente, sendo assim, por meio de relações harmoniosas os países da região articulam-se para superar as vulnerabilidades, fruto de seus processos históricos de formação: posição periférica no sistema internacional e profundas desigualdades existentes internamente (FONSECA, 2007).

⁴⁶Tradução nossa: A maioria destes valores compartilhados são oportunidade e fundamento para ações de diplomacia coletiva e criação de distintas redes de cooperação e integração. Assim, com fim de realizar esses valores, dentro da política externa podem dar-se diversas e coexistentes estratégias; entre elas, as de cooperação e integração institucionalizadas, sejam estas bilaterais, sub-regionais ou regionais. (BERNAL, 2008, p. 12).

Durante o período de 2006-2010 o Chile, governado por Michelle Bachelet, determinou como uma das prioridades de sua política externa a integração regional⁴⁷, centralizada na cooperação com países da América Latina, Caribe e principalmente países vizinhos devido ao enorme fluxo de investimentos chilenos a esses países. A cerca da cooperação sul-sul, a agência de cooperação internacional do Chile afirma:

La Cooperación Sur-Sur que ejecuta Chile, es una cooperación de gobierno a gobierno, que se establece a nivel institucional. Ésta se caracteriza por la transferencia de conocimientos e instalación de capacidades, con el objeto de garantizar la sustentabilidad en el tiempo de las diversas acciones ejecutadas, bajo un esquema que ha sustituido progresivamente las acciones puntuales por programas de mayor envergadura, en directa relación con los requerimientos de desarrollo de los países socios. La Cooperación Sur-Sur de Chile se basa en las capacidades institucionales y técnicas de los organismos nacionales. En ese sentido, la consolidación del “Sistema Nacional de Cooperación Internacional de Chile”, articulado por AGCI adquiere cada vez más relevancia. (AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO CHILE, 2006-2010, p.42)⁴⁸.

A principal ênfase da política integracionista do Chile com países da América Latina está centrada no desenvolvimento da infraestrutura regional, fortalecimento da conectividade, coordenação de políticas sócias, redução da pobreza, integração energética, diálogo político e livre comércio (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011).

Para a presidenta a globalização atuou como uma força inevitável, acentuando as tendências no sentido da integração regional, configurando-se como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do país⁴⁹. Bachelet em um de seus discursos introduz a prioridade latino-americana associada ao fortalecimento das relações com países asiáticos e Estados Unidos como um componente a mais na inserção⁵⁰ do Chile no regionalismo aberto:

⁴⁷ La integración de Chile a América Latina se ha constituido en uno de los elementos más importantes de nuestra política exterior, lo cual se refleja en el significativo número de proyectos que, en diferentes áreas, se orientan a acercarnos a los países de la región bajo un marco de un mutuo respeto y entendimiento (Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile, 2010, p. 21).

⁴⁸ Tradução nossa: A cooperação Sul-Sul que executa o Chile é uma cooperação de governo a governo, que se estabelece a nível institucional. Esta se caracteriza pela transferência de conhecimentos e instalação de capacidades, com o objetivo de garantir a sustentabilidade no tempo de diversas ações executadas, baixo a um esquema que tem substituído progressivamente as ações pontuais por programas de maior envergadura, em relação direta com os requerimentos de desenvolvimento dos países sócios. A cooperação Sul-Sul do Chile está baseada nas capacidades institucionais e técnicas dos organismos nacionais. Nesse sentido, a consolidação do “Sistema Nacional de Cooperação Internacional do Chile” articulado pela AGCI adquire cada vez mais relevância. (AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO CHILE, 2006-2010, p.42).

⁴⁹ Nas palavras da presidenta: América del Sur es donde más crece la exportación de productos chilenos de alto valor agregado. Donde se invierte la mayor parte de los capitales privados nacionales. Donde existe mayor potencial para multiplicar los lazos turísticos, económicos y culturales. Donde están los socios potenciales para desarrollar proyectos de energía, minería o infraestructura (Bachelet, 2006: 58).

⁵⁰ Segundo a presidenta: “tenemos un desafío importante en nuestra región. Mientras más amplia y sólida es la integración en América Latina, mejor se hará escuchar nuestra voz en el mundo”. (BACHELET, 2008, p. 17).

Conjuntamente con el objetivo principal de fortalecer los vínculos con América Latina, priorizaremos las relaciones internacionales con los países emergentes de Asia, con los países que comparten nuestros intereses y estadios de desarrollo, y con Estados Unidos” (BACHELET, 2006)⁵¹.

Além da relação com a América Latina, torna-se claro o crescimento da relação com o “eixo Pacífico”, podendo de esta forma tornar-se um país de poderoso vínculo entre América Latina e o mundo, especialmente com a Ásia Pacífico. Em contrapartida esta orientação ao Pacífico é vista por Maira (2012) como um erro de estratégia:

El gran error de la estrategia internacional chilena, que no es privativa del gobierno de Piñera, por desgracia había empezado un poco antes, en el último gobierno de la Concertación en su primera etapa, es la idea de un 'Eje del Pacífico', porque eso no tiene nada que ver con el interés nacional chileno. El verdadero interés nacional chileno reside en la integración de América del Sur, y es el entendimiento preferente entre nuestros países, y en especial con los grandes países del Atlántico, que son los que pueden tener un comercio incrementado con la región del Asia del Pacífico”⁵² (MAIRA, 2012, p. 09).

O fortalecimento do país nas relações com os demais países da América do Sul, por mecanismos bilaterais ou regionais, torna-se preeminente quanto às suas relações internacionais. Esse interesse é fundamental para desenvolvimento nacional do país e regional, isso se reflete na participação do Chile em diversas organizações integracionistas. A cooperação entre países sul-americanos pode ser compreendida pelos laços históricos e por seus interesses comuns, sendo assim Carmo e Santos (2014) salientam a cerca da integração:

A integração regional opera como mediação na solução de conflitos para a coordenação de políticas com vista aos interesses comuns. Sendo objetivo prioritário o desenvolvimento, as relações econômico-comerciais se sobrepõem ao político, cultural, educacional etc., nas relações com os vizinhos (CARMO; SANTOS, 2014, p. 06).

No marco política externa vinculada à política comercial como pode ser visto na tabela abaixo (figura 1), o país possui uma gama diversificada de destino, sendo as principais: América Latina, América no Norte e Europa.

⁵¹ Tradução nossa: Conjuntamente com o objetivo principal de fortalecer os vínculos com América Latina, priorizaremos as relações internacionais com os países emergentes da Ásia, com os países que compartilham nossos interesses, estados de desenvolvimento e com os Estados Unidos. (Bachelet, 2006)

⁵² Tradução nossa: O grande erro da estratégia internacional chilena, que não é privativa do governo de Piñera, desafortunadamente havia começado um pouco antes, no último governo da Concertación em sua primeira etapa, é a ideia de um 'Eixo do Pacífico', porque isto não tem nada a ver com o interesse nacional chileno. O verdadeiro interesse nacional chileno reside na integração da América do Sul, e é o entendimento preferente entre nossos países, e em especial com os grandes países do Atlântico, que são os que poder ter um comércio incrementado com a região da Ásia e do Pacífico. (MAIRA, 2012, p.09).

Figura 1- Tabela de Exportações chilenas por destino: 2009-2010.

	SILVOAGROPECUARIO			MINERÍA			INDUSTRIA			OTROS	
	2009	2010	Variación	2009	2010	Variación	2009	2010	Variación	2009	2010
China	75	122	64%	10.045	14.501	44%	1.781	1.913	7%	1	6
Unión Europea	892	910	2%	5.680	7.589	34%	2.799	3.498	25%	164	176
Japón	59	68	15%	2.899	5.116	76%	1.718	1.960	14%	10	8
Estados Unidos	1.395	1.631	17%	2.185	2.802	28%	2.282	2.375	4%	150	138
MERCOSUR	114	187	64%	1.598	2.723	70%	1.799	2.497	39%	162	143
Corea	50	75	52%	2.392	3.189	33%	590	693	17%	1	3
CAN	158	215	36%	68	108	60%	2.084	2.365	13%	217	309
México	59	94	58%	385	607	58%	1.010	1.135	12%	31	34
India	8	17	127%	839	1.483	77%	71	86	20%	0	0
Canadá	46	62	34%	781	912	17%	364	411	13%	24	21
EFTA	16	19	22%	350	513	47%	66	65	-1%	6	10
Centro América	23	30	31%	1	2	63%	332	328	-1%	3	2
Resto del Mundo	513	614	20%	2.319	3.607	56%	2.822	3.012	7%	73	47
Total Exportaciones	3.408	4.046	19%	29.541	43.151	46%	17.719	20.338	15%	843	898

Fuente: Comercio Exterior de Chile. Cuarto Trimestre 2010 (DIRECON, 2011: 11).

Apesar de atualmente o país possuir um comércio exterior em torno de 20 % com a América do Sul, é nessa porcentagem razoável que esta inserida a produção de maior valor agregado do Chile.

No Mercosul o Chile iniciou sua participação em 1996 como membro associado, participando de fóruns políticos dependentes do Foro de Consulta e Concertação Política e em algumas reuniões de órgãos de estrutura institucional. Sua opção pelo ingresso ao Mercosul resultou de interesses dos governos de Concertação pela sua incorporação plena na realidade política e econômica mundial.

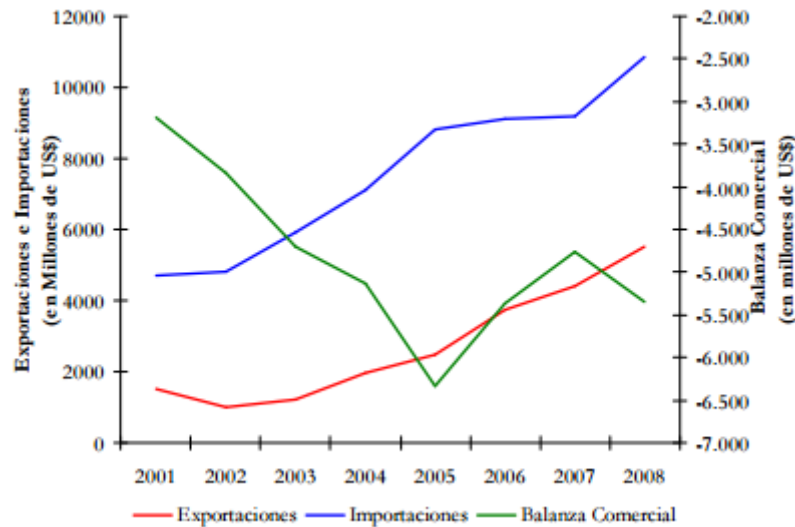
Em seus discursos Michelle Bachelet destaca o Mercosul como instrumento e maior destino de exportações diretas do país⁵³, além de o bloco ter grande importância sócio comercial pelo fato do intercâmbio do Chile com os países membros e a participação brasileira como quarta sócia individual. Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores do país, durante os anos de 2008-2009, o Chile obteve avanços significativamente sua relação econômico-social com o bloco.

As exportações para o Mercosul alcançaram envios de mais de US\$5.500 milhões. Sendo os principais países de envio Brasil e Argentina. No gráfico a seguir é possível

⁵³ O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Número 35 rege a relação comercial do Chile com os quatro países membros do Mercosul em uma zona de livre comércio. A partir de primeiro de janeiro de 2006, 98% dos produtos negociados gozam de preferência de 100 %, com a ausência de tarifas, restando assim produtos como açúcar, trigo e farinha de trigo. Com isso o Chile ingressa nos mercados dos países membros de forma mais vantajosa frente à competidores terceiros (CARVALHO, 2010).

identificar os valores de exportações, importações e balança comercial no período de 2001-2008 para Brasil e Argentina em milhões de US\$:

Figura 2 – Exportações, importações e balança comercial do Chile: 2001-2008.



Fonte: Departamento de Estudios e Informaciones, DIRECON (2008) .

Como pode ser percebido, durante os dois primeiros anos do governo de Michelle Bachelet, as importações e exportações referentes ao bloco obtiveram significativo aumento, salientando assim o interesse pela integração para com os vizinhos sul-americanos na esfera econômica.

O Chile tem participado de vários processos voltados à integração regional, sendo uma delas a Comunidade Sul-Americana de Nações (UNASUL). Em seu discurso na reunião da Unasul em 2008, Michelle Bachelet manteve sua preocupação para o desenvolvimento frente aos novos reordenamentos de países emergentes, sucedendo a necessidade dos sul-americanos como nação usufruírem um forte posicionamento para o processo de integração eficaz. Mostrando o consentimento com o bloco:

Mi país está de acuerdo con entusiasmo a esta Unión Suramericana de Naciones ya que como se ha dicho muy claramente, que no sólo es esencial en cuanto a los desafíos comunes que tenemos y la oportunidad de seguir el avance de las respuestas comunes, pero también porque es, a nuestro juicio, un gran catalizador para el desarrollo, ya que subvencionan oportunidad de tener una voz fuerte y clara en este mundo del siglo XXI ... que pertenece a una región o un país emergente es también una gran responsabilidad, porque tenemos una mayor capacidad de entorno mundial influencia. Y tenemos que asumir esta responsabilidad en nuestras manos y el moho todos juntos y concertados, de América Latina, Sudamericanos, nuestros amigos en el Caribe, los países emergentes y desarrollado, el futuro que nos espera ... Y es por

eso que estoy muy convencido de que la creación de esta unión, UNASUR, es un paso histórico en dirección correcta (BACHELET, 2008).⁵⁴

Sendo assim, a cooperação entre os anos de 2006-2010 tem se concentrado na complementação de prioridades da política nacional e apoio na estratégia nacional de inovação e competitividade. Como destaca a presidenta:

“La política de cooperación debe ser considerada como un componente esencial de nuestra política exterior y como un instrumento eficaz para el cumplimiento de sus objetivos. Reforzaremos nuestra ayuda a aquellos del vecindario regional que requieran cooperación técnica y asistencial”.(BACHELET, 2006).⁵⁵

O país participou ainda da principal iniciativa da Unasul, o Conselho de Defesa Sul-Americano. Todas as participações nestas organizações demandaram a adequação da política externa do Chile, concentrado em questões comerciais e em relações bilaterais.

Semelhante ao governo de Michelle Bachelet no país vizinho, a política regional obteve prioridade no governo de Cristina Fernández de Kirchner, tendo como eixo principal a integração energética, com encontros presidenciais visando o aumento de investimentos nesta área. A articulação do Mercosul bem como da Unasul marcaram as pautas da equação regional durante o mandato da presidenta. Como destaca Torres (2009):

La política regional suministró suficientes elementos para alimentar diversas interpretaciones. Se concibió al MERCOSUR con un sentido político y estratégico como complemento de su función comercial. En la relación con Brasil se destacaron el acuerdo para la utilización del peso y el real en el intercambio comercial bilateral com presidencia del dólar, la cooperación en materia espacial y nuclear y la ratificación de la construcción de la represa hidroeléctrica de Garabí.(TORRES, 2009, p. 123).⁵⁶

⁵⁴ Tradução nossa: Meu país concorda com entusiasmo a esta União Sul-Americana de Nações, porque como aqui foi dito com muita clareza, não somente é indispensável em termos de desafios comuns que temos e a possibilidade de seguir avançando em respostas comuns, mas também porque é, ao nosso juízo, um gigantesco catalizador para o desenvolvimento, já que subsidia a oportunidade de ter uma voz forte e clara diante deste mundo do Século XXI... Pertencer a uma região ou a uma economia emergente é também uma grande responsabilidade, porque vamos ter uma maior capacidade de influir na configuração mundial. E temos que tomar essa responsabilidade em nossas mãos e moldar, todos juntos e concertados, latino-americanos, sul-americanos, nossos amigos do Caribe, países emergentes e desenvolvidos, o futuro que nos espera... E é por isso que eu estou muito convencida que a criação desta união, a UNASUL, é um passo histórico na direção correta (BACHELET, 2008).

⁵⁵ Tradução nossa: A política de cooperação deve ser considerada como um componente essencial de nossa política externa e como um instrumento eficaz para o cumprimento de seus objetivos. Reforçaremos nossa ajuda àqueles vizinhos regionais que requerem cooperação técnica e assistencial. (BACHELET, 2006).

⁵⁶ Tradução nossa: A política regional forneceu suficientes elementos para alimentar diversas interpretações. Concebeu-se ao Mercosul como um sentido político e estratégico como complemento de sua função comercial. Na relação com o Brasil destacaram-se o acordo para a utilização do peso e real no intercâmbio comercial bilateral com presidência do dólar, a cooperação em matéria espacial e nuclear e a ratificação da construção da represa hidroeléctrica de Garabí. (TORRES, 2009, p.123).

No quadro de integração sul-americana a dimensão mais explorada pela Argentina é segurança e paz, seguida pela economia. A política regional experimentou os reflexos da crise financeira econômica de 2008, deste modo as reuniões do Mercosul e Unasul estiveram marcadas por questões de coordenação econômica e proteção dos países membros durante a crise financeira internacional.

No Governo Cristina Kirchner, a política externa frisou a relação com o Brasil, essa relação bilateral favoreceu a expansão de processos integracionistas como Mercosul e Unasul. Segundo Granato: “O Brasil e a Argentina entendem que se associarem regionalmente é organizar as relações de vizinhança em torno desse modelo integracionista de desenvolvimento baseado em uma visão comum, compartilhada, regional, superando as relações bilaterais” (GRANATO, 2012, p.24).

Argentina a partir do governo de Néstor Kirchner vê o Mercosul como eixo de suas relações internacionais em especial coma atribuição de negociar outros acordos comerciais, sendo assim o bloco é utilizado como plataforma política (BERNAL-MEZA, 2008). O Mercosul durante os governos de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner perpassou a ideia de cenário de negociações. De acordo com Bielsa, “o MERCOSUL é o primeiro e decisivo passo de uma via que inescapavelmente passa pela integração sul-americana e latino-americana, e que, eventualmente, poderá formar um bloco continental” (BIELSA, 2005, p. 82). Como pode ser visto na tabela abaixo (figura 3), há uma forte relação no que tange à exportação entre os países do Mercosul.

Figura 3 – Exportações intrabloco: 2007-2011 (US\$ milhões).

Estado Parte	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	13.629	17.543	14.876	18.559	22.577
Brasil	22.078	26.887	19.439	26.455	32.444
Paraguai	1.386	2.392	1.650	2.303	2.908
Uruguai	1.353	1.840	1.723	2.415	2.726
Venezuela	1.123	1.548	1.443	1.703	2.039
MERCOSUL	39.569	50.210	39.131	51.435	62.694

Fonte: Aliceweb Mercosul (2011).

Com os dados da exportação intrabloco pode-se perceber um gradual aumento durante os anos do governo de Cristina Fernández de Kirchner, reflexo este da importância dada pela presidenta à região, dado que a Argentina é considerada um dos países com maior poder de

atuação dentro do bloco. O Mercosul é considerado o principal mercado de destino das exportações argentinas, com participação total de 25% da pauta de exportações.

Para a Argentina o âmbito do Mercosul, frente à uma economia complexa marcada por crises e políticas dos principais países desenvolvidos é de suma importância. Como analisa Bernal (2008):

En un escenario comercial mundial de incertidumbre, en las clases dirigentes de poder de la Argentina hay actualmente una convicción profunda de que no existe la posibilidad de la inserción argentina en el mundo si no es con una alianza estratégica con Brasil. Si bien se advierten diferencias entre ambos países, que afectan cuestiones de índole económica, comercial y política – tanto a nivel bilateral como en el marco del MERCOSUR – hay posiciones predominantes que coinciden en la necesidad de preservar la relación estratégica entre las dos mayores naciones sudamericanas (BERNAL, 2008, p. 174)⁵⁷.

Cristina Kirchner da mesma forma fazia referência à integração latino-americana como um “instrumento para la transformación económica y social de nuestros pueblos”, e ao MERCOSUL como “nuestro espacio” no mundo (FERNÁNDEZ, 2007, p. 9). O objetivo principal de sua gestão foi a busca pela abertura de mercados como proteção dos setores nacionais.

Cristina Kirchner criou condições de atuação ativa da Argentina na Unasul, que sucedeu à Casa, estando favorável à construção do Conselho de Defesa Sul-Americano. A Unasul para a Argentina compõe um dos pilares de sua política de integração. Clemente (2014) analisa a consequência da Unasul para a Argentina:

El rol de Argentina en UNASUR tras la estabilización interna fue en constante aumento durante todo el mandato de Néstor Kirchner así como en los subsiguientes de Cristina Fernández de Kirchner hasta la actualidad, bregando tanto por situaciones que tienen al país como principal actor interesado (el caso de Malvinas) como interviniendo en pos de mantener la paz intra-bloque, en conflictos que tienen a otros miembros como partícipes (por ejemplo la tensión entre Colombia y Venezuela). (CLEMENTE, 2014, p. 07).⁵⁸

⁵⁷ Tradução nossa: Em um cenário comercial e mundial de incertezas nas classes dirigentes de poder na Argentina, há atualmente uma convicção profunda de que não existe a possibilidade de inserção argentina no mundo se não a de uma aliança estratégica com o Brasil. Se bem se advertiram diferenças entre ambos os países, que afetaram questões de índole econômica, comercial e política, tanto a nível bilateral como no marco do Mercosul há posições predominantes que coincidem na necessidade de preservar a relação estratégica entre as das maiores nações sul-americanas. (BERNAL, 2008, p. 174).

⁵⁸ Tradução nossa: O papel da Argentina na Unasul após a estabilização interna foi um aumento constante desde o mandato de Néstor Kirchner, assim como a subsequente Cristina Fernández de Kirchner até a atualidade, lutando por situações que tenham o país como principal ator interessado (o caso das Malvinas) como interveniente depois de manter a paz intra-bloco, em conflitos que tenham a outros membros como participantes (por exemplo a tensão entre Colômbia e Venezuela). (CLEMENTE, 2014, p.07).

Para a presidenta a Unasul estaria muito vinculada a uma projeção internacional da região, sem esquecer os processos externos e a globalização, mas com vistas a implementação de projetos e programas que fossem favoráveis ao bloco. A autonomia implicou novas estratégias de internacionalização como de regionalização para a Unasul e em geral para a Argentina, sendo assim Clemente (2014) declara:

Reside allí quizás, el principal desafío de la región y de la cooperación hacia el futuro. Por un lado, la coordinación de intereses entre sus miembros en el tiempo y más allá del signo político de sus gobiernos y por otro, la necesidad de institucionalizar los mecanismos que permitan mantener por sobre los liderazgos de sus representantes la concertación y el ideario sobre el que se formó (CLEMENTE, 2014, p. 16).⁵⁹.

A cooperação regional, como consta no Livro Branco argentino de 2010, constituiu parte importante na política de defesa, sendo que a cooperação regional é apresentada como complementar à política nacional desta área:

“La concepción argentina se funda también en el reconocimiento de la importancia que en la materia tienen la cooperación interestatal y la multilateralidad, como genuinos instrumentos complementarios de la política de defensa propia (...) Argentina concibe su defensa en la doble dimensión de autónoma, por un lado, y cooperativa, por otro” (ARGENTINA, 2010, p. 44).⁶⁰

A respeito da integração brasileira para o continente sul americano é fundamental a compreensão de três observações: A cooperação Sul-Sul não é recente, sendo que na Política Externa Independente já priorizava-se as relações com a América Latina; as ações brasileiras não são autocentradas, há a busca pela diminuição de assimetrias na ordem mundial vigente; apesar da cooperação Sul-Sul o Brasil mantém seus parceiros tradicionais, busca assim a ampliação de parcerias (CERVO, 2008).

Quanto à América do Sul a presidenta buscou manter as estratégias de política externa e a manutenção da estrutura de governança regional, iniciadas no mandato do presidente Lula. Não observa-se mudanças significativas em relação ao período anterior referente às relações

⁵⁹ Tradução nossa: Reside ali talvez o principal desafio da região e da cooperação para o futuro. Por um lado a coordenação de interesses entre seus membros no tempo e mais além do signo político de seus governos e por outro a necessidade de institucionalizar os mecanismos que permitam manter por sobre as lideranças de seus representantes a concertação e o ideário sobre qual ele se formou. (CLEMENTE, 2014, p.16).

⁶⁰ Tradução nossa: A concepção argentina é fundada também no reconhecimento da importância que a cooperação interestatal e a multilateralidade possuem, como genuínos instrumentos complementares da política de defesa própria (...) Argentina concebe sua defesa na dupla dimensão de autônoma, por um lado, e cooperativa por outro (ARGENTINA, 2010, p. 44).

sul-americanas, o que pode ser identificado é uma mudança de ajustes entre os governos. Segundo Saraiva (2014):

A ascensão de Rousseff esvaziou a dimensão política do comportamento brasileiro frente a região no que diz respeito as ações do Brasil como ator estruturador das instituições regionais e definidor de agendas, embora a UNASUL tenha seguido sendo a referência de atuação brasileira frente a situações de crise. (SARAIVA, 2014, p. 44).

Um dos pontos de divergência se comparado à política externa de seu antecessor é a redução sensível no número de viagens presidenciais aos países vizinhos, associado ao baixo ativismo político. No seu pronunciamento de posse, Dilma Rousseff deteve-se em abordar questões internas, no entanto a América do Sul como área influente da política externa obteve certo destaque, onde a presidenta afirma:

A América do Sul seguirá sendo prioridade da política externa do meu governo. Sinalizei essa prioridade ao fazer, à Argentina, minha primeira viagem ao exterior. Não há espaços para discórdias e rivalidades que nos separaram no passado. Os países do nosso continente tornaram-se valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil, e nós sabemos que os destinos da América do Sul, os destinos de cada um dos países e os nossos estão indelevelmente ligados (ROUSSEFF, 2011 a).

Elementos como proximidade geográfica, compromisso democrático, ausência de armamentos nucleares pautavam a integração sul-americana na visão brasileira. A presidenta primou a integração como impulsionador da busca de prosperidade para a região, construindo assim, uma situação de subdesenvolvimentismo, desafio este a ser superado através de uma ação coletiva. Vale ressaltar que neste período houve uma crescente presença chinesa na economia de boa parte dos países sul-americanos, no caso brasileiro resultou em uma severa redução de suas exportações de produtos industrializados para o subcontinente (PEREIRA, 2012).

A presidenta orienta boa parte de suas ações à parcerias estratégicas menos dispendiosas e com rápido retorno, como salienta o ministro Luiz Alberto Figueiredo (2014):

Na busca do desenvolvimento, o Brasil vem seguindo uma política externa ativa e diversificada. A diversidade é, mais do que nunca, a palavra de ordem. No mundo multipolar em formação, não há espaços para opções ou parcerias excludentes. O desafio reside em operar simultaneamente em múltiplos planos, sem alinhamentos automáticos. O reforço das relações e da integração na América do Sul, em particular no MERCOSUL, é elemento fundamental dessa estratégia diversificada. Com um entorno estável e próspero asseguramos melhores condições para nosso desenvolvimento e para nossa inserção internacional. A América do Sul tem logrado

dar respostas próprias aos desafios enfrentados pela região nos mais variados campos. (FIGUEIREDO, 2014).

A abordagem de liderança brasileira na América do Sul perdeu ênfase no governo de Dilma Rousseff. Esta abordagem pode relacionar-se a duas questões, a primeira pode ser interpretada como exemplo de menor intensidade de atuação diplomática e, por conseguinte como decorrência de uma conjuntura sul-americana, onde a liderança brasileira não necessitaria mais ser reafirmada, dado o recuo de contendores.

As rupturas ou retrocessos no processo integracionista refletem uma nova adaptação do país em uma conjuntura de crise financeira internacional e mudanças na condução da diplomacia durante a gestão. O Mercosul emerge com grande relevância comercial e relacionado à política externa brasileira. Na esfera política Cervo e Bueno (2010) ressaltam a relevância:

Para a política exterior do Brasil, o Mercosul constitui um projeto político, que a crise do neoliberalismo e a permanência de assimetrias tornaram mais flexível. Segmentos organizados da sociedade brasileira pretendem utilizá-lo em benefício de seus negócios, enquanto a diplomacia o percebe como instrumento de reforço do poder de barganha internacional. Tudo somado, a integração destina-se a criar o pólo regional com que melhor se possa realizar metas do multilateralismo, da reciprocidade e da globalização da economia brasileira. No fundo, como em todos os países e quadrantes das relações internacionais, a hegemonia do nacional se impõe. (CERVO; BUENO, 2010, p.22).

Já no âmbito comercial a relação entre o Mercosul no primeiro mandato da presidenta Dilma é expressa em números na tabela a baixo:

Figura 4 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e o Mercosul Governo Dilma.

ANO	FLUXO COMERCIAL ENTRE O BRASIL E O MERCOSUL	SALDO FINAL BRASILEIRO
2011	U\$ 47 BILHÕES	+8,4 BILHÕES
2012	U\$ 42 BILHÕES	+3,5 BILHÕES
2013	U\$ 43 BILHÕES	+3,4 BILHÕES
2014	U\$ 37 BILHÕES	+3,1 BILHÕES

Fonte: MDIC (2014).

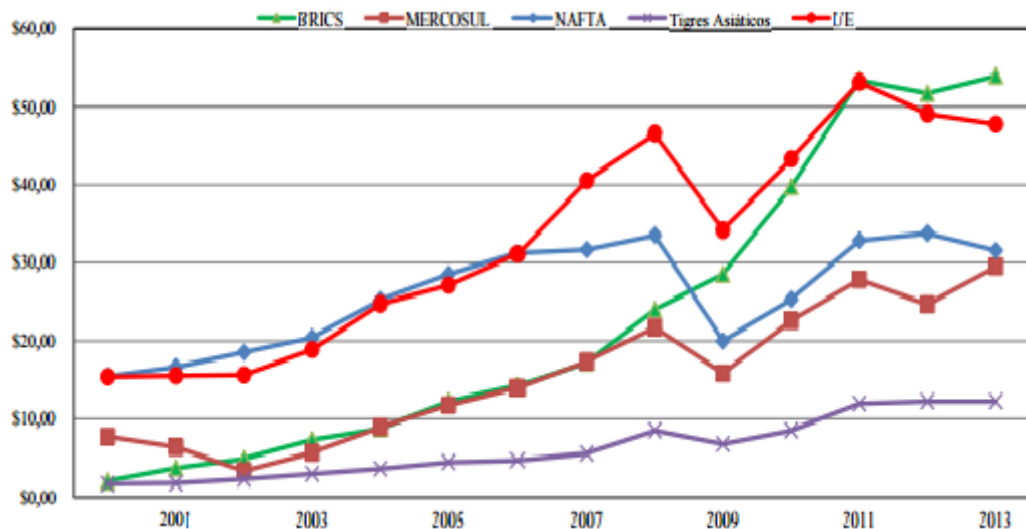
De acordo com os dados da tabela, pode-se identificar que o Brasil é superavitário em relação ao comércio com o Bloco. O auge da relação comercial entre o Brasil e o Mercosul

fora no ano de 2011. De acordo com (BEZERRA, 2016) o declínio da relação comercial entre os anos 2011-2014 é explicado pela dinâmica comercial entre Brasil e Argentina, membros com maior relevância no Mercosul.

O Mercosul é visto como ponto de partida da integração sul-americana da política externa brasileira. O bloco é utilizado como instrumento de inserção internacional brasileira, aumentando assim seu poder de barganha no cenário internacional.

No Gráfico a seguir é possível analisar as exportações brasileiras para os blocos integracionistas de 2000 a 2013:

Figura 5 – Exportações brasileiras para blocos integracionistas: 2000-2013.



Fonte: ALICEWEB (2014).

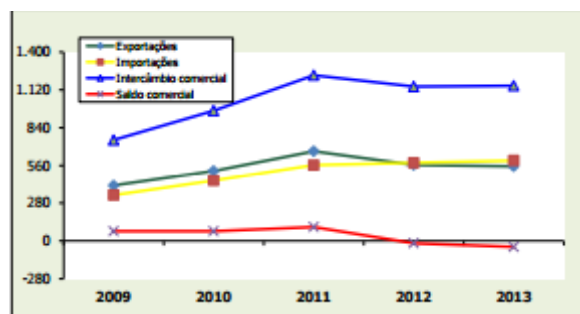
Constata-se que o comércio brasileiro para o Mercosul obteve relevância se comparado aos demais blocos. Durante o governo Dilma o aumento pelas exportações para o Mercosul pode ser explicada pelos contextos internacionais.

A IIRSA é caracterizada como uma política ambiciosa que necessita da coordenação de ações dos países envolvidos. A prevalência brasileira sobre as ações do IIRSA é resultado da posição ocupada pelo território brasileiro, abrigando mais da metade da população e com o maior PIB da região. A IIRSA salienta o continente Sul-americano como espaço geoeconômico integrado, para alcançar o crescimento econômico é necessário a redução de barreiras internas ao comércio.

Em 2007 teve início a gradual incorporação da IIRSA a Unasul, acarretando em 2009 a criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento. A Unasul⁶¹ compreende uma ampla gama de perspectivas de cunho político, social, econômico e cultural, prevalecendo a perspectiva política. Cervo e Bueno (2010) acreditam que a Unasul satisfaz a essência geopolítica de integração, já que a plataforma regional foi estratégica tornando-se polo de poder na região. No âmbito econômico obteve sucesso promovendo a integração de infraestrutura, energia e telecomunicação.

No gráfico abaixo (figura 6) é possível identificar as variações comerciais no âmbito da Unasul, dado que durante o governo Dilma Roussef a esfera que obteve relativo avanço fora a de importações, enquanto o setor de exportações, intercâmbio comercial e saldo comercial apresentaram estabilidade ou ainda uma pequena redução.

Figura 6 – Exportações, importações, intercâmbio comercial e saldo comercial do Brasil: 2009-2013.



Fonte: MRE/DPR/DIC (2014).

Um aspecto fundamental da política brasileira é a pretensão pela autonomia, caracterizando uma articulação independente no contexto internacional. Sendo assim a integração regional torna-se um método suficiente para tal autonomia. “O forte interesse

⁶¹ Foi de grande importância a criação do Conselho de Defesa Sul Americano (CDS), sugerido pelo Brasil, assim como o Conselho da Luta pelo Narcotráfico, como uma forma de zelar pela segurança do continente. O Protagonismo brasileiro na criação do Conselho de Defesa, demonstra a figura de ator central exercida pelo Brasil no Complexo Regional de Segurança da América do Sul, uma vez que o Brasil busca exercer sua hegemonia regional aproximando as agendas de segurança dos dois subcomplexos regionais, o Cone Sul e o Norte-Andino. O Brasil consegue ter um papel centralizador, pela sua superioridade regional e pela autonomia com relação aos EUA, e tenta por meio do CDS a consolidação de um continente estável e fortalecido na cooperação regional em matéria de defesa. Entretanto, o Conselho ainda necessita de um aparato mais institucionalizado, capaz de proporcionar uma integração profunda e estável. O Brasil que é engajado em concretizar esse arranjo de forma eficaz, precisa também se preocupar em integrar o Ministério da Defesa, em especial os militares brasileiros, a atuarem de forma decisiva nesse Conselho, que muito pode acrescentar para as forças armadas do Brasil e aos demais países membros. (CARVALHO, et al. Brasil e o papel de liderança regional- Atuações e desafios, p.06).

brasileiro na formação da Unasul indica uma nova forma de compreender o que seja autonomia política” (JÚNIOR; VIVEGANI, 2014, p.544).

A agenda internacional do Brasil se mantém em relação ao governo anterior, marcado pela intensificação da cooperação Sul-Sul sem menosprezar os relacionamentos com os países do Norte, como analisa o Ex-Ministro de Relações Exteriores Antonio Patriota (2012):

Durante o governo Lula, a linha de atuação Sul-Sul ficou em evidência porque era o aspecto mais inovador da política externa. Mas já naquela época, como embaixador em Washington, eu defendia que isso não se dava em detrimento da atenção a parceiros tradicionais do mundo desenvolvido. Esse é o espírito com que nós continuaremos a trabalhar. Em primeiro lugar, atenção prioritária aos parceiros sul-americanos - basta dizer que ocupo essa cadeira há um mês e meio e já estive com cinco presidentes da América do Sul. Ao mesmo tempo, estive em Davos e irei a Washington para acertar com a secretária de Estado, Hillary Clinton, a visita do presidente Barack Obama ao Brasil, em março. Uma coisa não exclui a outra. (PATRIOTA, 2012, p.05).

No âmbito interno, durante o governo da presidenta Dilma, o país enfrentou diversas instabilidades políticas. Tais instabilidades internas refletem as ações brasileiras quanto aos interesses Sul-Sul em quatro pontos essenciais como afirmam Mariano, Júnior e Almeida (2015):

Representam maior contração na disponibilidade de recursos públicos para a manutenção dos acordos já estabelecidos, principalmente em relação à cooperação técnica e à promoção da internacionalização das grandes empresas nacionais envolvidas em projetos de parcerias Sul-Sul; b) dificulta ainda mais a criação de novas frentes de atuação internacional na medida em que as pressões domésticas por mais recursos dificultam as justificativas para utilização destes com os países do Sul, em especial os países da América Latina e África; c) aumenta a percepção externa de que o Brasil tem seu peso diminuído e conseqüentemente pode prejudicar seu poder de negociação nas instituições e coalizões internacionais; d) aumenta a pressão de setores domésticos contrários à cooperação Sul-Sul (MARIANO;JÚNIOR;ALMEIDA, 2015, p. 11).

Portanto o papel adquirido pela cooperação Sul-Sul responde às pressões políticas, econômicas, sociais e pelo entendimento governamental da esfera internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou identificar as características comuns nas políticas externas de Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Dilma Rousseff no Brasil no período de 2006-2014 quanto à integração sul-americana. Para tanto buscou-se analisar comparativamente as medidas adotadas pelas presidentas em política externa por meio de uma perspectiva histórica.

Como foi analisado, a política externa é compreendida como a forma de projeção de um país em âmbito internacional, nessa perspectiva o país leva em consideração sua situação interna. A situação interna reflete principalmente em três campos de atuação: o estratégico-militar, o econômico e no campo de valores associado à vida em sociedade. Com a ascensão de governos progressistas, provenientes de eleições com ampla participação popular, as políticas desenvolvimentistas como a busca pela integração regional, visando à inserção soberana e autônoma dos países no sistema internacional ganham espaço nas políticas externas.

A inserção internacional do país esta intrinsecamente associada à sua participação política no cenário internacional, principalmente mediante alianças políticas e formação de blocos regionais. Nessa perspectiva a integração regional ganha espaço na política externa, sendo a integração um processo de intensificação de relações entre atores, adquirindo assim novas técnicas para resolução conjunta de obstáculos. A América do Sul apesar de apresentar enormes potencialidades e atributos que lhe conferem oportunidades únicas no sistema internacional está ainda condicionada à maneira pela qual seus Estados apresentam-se internacionalmente.

A política externa, com suas várias dimensões projeta ao cenário externo estratégias e objetivos distintos, derivados de um processo decisório com o envolvimento de diversos atores. As estratégias nacionais de integração devem ser analisadas tendo como plano de fundo as políticas externas dos países membros e as mudanças sistêmicas do cenário internacional. Os países da região articulam-se para superar as vulnerabilidades, frutos de processos históricos de formação: posição periférica no sistema internacional e desigualdades existentes.

A política externa chilena no governo de Michelle Bachelet buscou o fortalecimento do multilateralismo, fortalecimento do comércio, defesa dos direitos humanos, segurança internacional e a promoção da paz por meio de uma política aberta e adaptativa às mudanças

do contexto internacional. A diplomacia procurou ressaltar o prestígio nacional como instrumento de maior diversificação de suas relações externas.

Questões econômicas detêm prestígio na política externa chilena, por meio do reestabelecimento democrático a presidenta obteve uma estratégia de abertura econômica mediante acordos bilaterais e multilaterais.

A integração no país utilizou-se do conceito de regionalismo aberto e assegurou papel de destaque na política ministrada por Bachelet. O fortalecimento do país nas relações com os demais países por mecanismos bilaterais ou regionais tona-se preeminente quanto às suas relações internacionais. No âmbito do Mercosul, Bachelet destaca-o como instrumento e maior destino das exportações diretas do país, além de grande importância sócio comercial pelo fato do intercâmbio do país com os demais países membros.

Na Unasul Bachelet manteve sua preocupação para o desenvolvimento em áreas sociais, sucedendo a necessidade dos sul-americanos como nação e usufruírem um forte posicionamento com vistas a um processo de integração eficaz com resultados benéficos para os países da região.

Cristina Kirchner assumiu o país com mudanças significativas, no plano interno os desafios apresentavam-se a fim de fortalecimento das instituições para a redução de desemprego e acentuação de políticas de inclusão social. Cristina priorizou quatro eixos de ação para sua política: a sociedade, as instituições, a inserção no cenário internacional e o modelo de inclusão social. As medidas adotadas pela presidenta foram reflexos da ação externa de um estado destinado a cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e de melhoria na qualidade de vida de sua população.

Na esfera da integração sul-americana Cristina Kirchner não distanciou-se das ações de Michelle Bachelet. As principais áreas exploradas pela Argentina na integração foram a segurança, a paz e a economia. A política externa frisou a relação com o Brasil, favorecendo a expansão de processos integracionistas como o Mercosul e Unasul. O Mercosul é visto pela política argentina como eixo de relações com o Brasil, em especial com a atribuição de negociar acordos comerciais. Já a Unasul estaria vinculada a projeção internacional da região sem esquecer os processos externos à globalização, com vistas a implementação de projetos e programas favoráveis ao bloco.

Dilma Rousseff preconizou a trajetória revisionista de instituições internacionais, ativação em fóruns multilaterais e inclinação proativa para os países sul-americanos. As presenças de choques externos interferiram diretamente na conduta da política da presidenta.

Dilma afirmou as credenciais brasileiras na busca por um lugar proeminente no sistema internacional, realizando a reforma de organismos internacionais.

A defesa do multilateralismo esteve apoiada a concepção de revisão de instituições internacionais. Segurança internacional e a preservação dos direitos humanos marcaram a política brasileira durante o governo Dilma Rousseff, o país buscou preservar o princípio de responsabilidade de proteger e referente aos direitos humanos o país manteu o idealismo e não seletividade em âmbito multilateral, defesa da dignidade humana e não utilização da força pelo estado.

Quanto à integração regional Dilma buscou manter estratégias de política externa e da estrutura de governança regional, assim elementos como proximidade geográfica, compromissos democráticos e a ausência de armamentos nucleares pautaram a integração sul-americana na visão brasileira. A integração serviu como impulsionador da busca de prosperidade para a região.

O Mercosul para o governo brasileiro constituiu um projeto político e instrumento de reforço do poder de barganha internacional, sendo este projeto integracionista o ponto de partida para a integração sul-americana da política externa brasileira. Questões internas influenciaram a cooperação sul-sul, porém é por meio da integração que a política externa brasileira garante a posição desejada em âmbito regional.

A integração sul-americana obteve um aspecto de amadurecimento, relacionado tanto aos contextos nacionais quanto aos contextos internacionais, as forças propagadas pela distorção das políticas neoliberais no conjunto das sociedades, aproximaram os Estados. Na área internacional, fatores como os ajustes na estratégia norte-americana e as potencialidades desenvolvidas pelos países emergentes na arena internacional, contribuiram para favorecer o ânimo dos países.

As características comuns encontradas quanto à política externa das presidentas concentram-se no posicionamento adotado para seus países frente à integração sul-americana. Michelle Bachelet, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff compreenderam que as discrepâncias existentes nos países frente às demais potências internacionais poderiam ser amenizadas por intermédio da integração. A integração fortaleceria o potencial dos países sul-americanos, os quais ocupavam papéis marginalizados no sistema internacional.

Confirma-se assim, a hipótese aventada pela pesquisa de que as características comuns encontradas nos posicionamentos das presidências poderiam ser explicadas pela necessidade de desenvolvimento econômico da região, influenciada pela pressão de grupos domésticos e

pela nova agenda predominante na política externa com a ascensão de temas antes marginalizados como integração, cooperação técnica e segurança.

No entanto, a presença feminina não tornou-se fator determinante para os delineamentos das linhas de política externa, fato este explicado pela unânime continuação das políticas de seus antecessores Ricardo Lagos, Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva. Percebe-se com a presença feminina na política o maior apreço por questões sociais nos discursos presidenciais, bem como o fortalecimento de programas benéfico às mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALBANUS, Adriana Pilar Ferreira. “Continuar não é repetir”: a política externa dos governos Lula e Dilma em perspectiva comparada. **NEIBA**, v. 4, n. 1, p.01-12, ago./2015.
- ALMEIDA, P. R.; CHALOULT, Y. Avanço da regionalização nas Américas: cronologia analítica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, n. 42, p. 145-160, jul./dez., 1999.
- ALMEIDA, Paula W. **O Caso das Papeleiras**. Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2007. Disponível em: <http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/narrativa_final.pdf>. Acesso em: 17 set. 2016.
- ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, 2010. Disponível em: <<https://www.mrecic.gov.ar/>>. Acessado em: 15 set.2016.
- ARRIGHI, Giovanni et.al. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 years perspectives**. London: Routledge, 2003.
- _____. (2006). **Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2006**. Valparaíso: Mensaje al país de la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria. Disponível em: <http://www.camara.cl/camara/media/docs/discursos/21mayo_2006.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- _____. (2008). **Mensaje presidencial del 21 de mayo de 2008**. Valparaíso: Mensaje al país de la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria. Disponível em: <http://www.camara.cl/camara/media/docs/discursos/21mayo_2007.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo. **Caderno de dívida externa**, n. 6, set. 1994.
- BALASSA, Bela. **Teoría de la Integración Económica**. México, DF: Uteha, 1980.
- BANDEIRA, Luiz. **Geopolítica e Política Exterior, Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BARBOSA, Rubens. **O Mercosul e a Integração Regional. São Paulo**. Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- BARBOSA, R. **Política Externa de dois governos**. In: CEMACRO/FGV. São Paulo, 2011.
- BAUMANN, Renato. **Integração da América do Sul: dois temas menos considerados**. In: FUNAG. Integração da América do Sul. Seminário sobre a Integração da América do Sul. Brasília: FUNAG/IPRI, 2010. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=472&Itemid=41>. Acesso em: 11 ago. 2016.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Argentina y Brasil em la Política Internacional: regionalismo e Mercosur (estrategias, cooperacion y factores de tensión)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n. 51, 2008.

BEZERRA, Vinícius. **O uso do termo Mercosul no discurso diplomático do 1º governo Dilma Rousseff (2011-2014) como meio para a inserção internacional do Brasil**. 2016. 120f. Dissertação (Pós Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, 2016.

BIELSA, Rafael. A política externa da Argentina no quadro da integração regional. **Diplomacia, Estratégica e Política**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 5-21, out.-dez. 2004.

_____. **Desde el Sur (Conversaciones con Hernán Gómez Bruera)**. Buenos Aires: Altamira, 2005.

BIELSA, R. A. **Programa La Cancillería en el Interior**. Río Negro, 2010.

BOCAFOLI, Maria. **Políticas públicas de combate à fome nos governos Lula (2002-2010) e Bachelet (2006-2010)**. In: II Seminário de Pesquisa da FESPSP. São Paulo, 2013. p. 01-15. Disponível em:
<http://www.fespsp.org.br/seminario2013/artigos/IIseminarioPesquisa_MariaFernandaBocafoli.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. p. 962-966.

BUSTAMANTE, Gilberto; LAVÍN, José. **Derechos humanos en política exterior: seis casos latino-americanos**. 2011. p. 87-121.

BUSTAMANTE, Gilberto; RIVERA Jorge. La política exterior de Chile desde 1990. Inserción internacional y prioridade regional. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 6. n. 11, p. 11-41, Enero/Junio 2011.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and Powers, The structure of International Security**. Edimburgo: Cambridge University Press, 2003.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 4, p. 200-220, 2002.

CAMPOS, I. P. Ricardo. MERCOSUL e suas implicações para a integração regional. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior e Guerra, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<<http://www.esg.br/images/Monografias/2012/CAMPOS.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CAPORASO, James A.; HERMANN, Charles F.; KEGLEY, Charles W. **The comparative Study of Foreign Policy: perspectives on the future**. In: International Studies Notes, v. 13, n. 2, special issues, p. 32-46, 1987.

CARMO, Corival; SANTOS, Rafael. **Chile: A aliança do pacífico e a integração latino-americana**. 2º seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-graduação- Os BRICS e as Transformações da Ordem Global. Disponível em: <http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407456535_ARQUIVO_CARMO_SANTOS_ChileAliancadoPacifico_ABRI2014.doc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

CARVALHO, Carlos; Lopes, Renata. Acordos bilaterais de comércio como estratégia de inserção regional e internacional do Chile. **Contexto Internacional**, v.32, n.2, p. 643-693, 2010.

CARVALHO, A. et al. **Brasil e o papel de liderança regional- atuações e desafios**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/brasil_e_o_papel_de_lideranca.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional formação dos conceitos brasileiros**. Ed. Saraiva, 2008.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, 2003.

_____. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.57, n.2, p.133-151, jul./dez. 2014.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, n. 9, ago. 2005.

CLEMENTE, Aldana. **Unasur y la reconceptualización de la autonomía**. Uma visión desde Argentina. FLACSO-ISA Join International Conference. Buenos Aires, 2014. p. 1-18. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/82988fe4-d652-4b99-a514-40d35664a4fc.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

COUTO, Leandro F. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. (1990-2005)**. 152f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4886/1/Leandro%20Freitas%20Couto.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

CORIGLIANO, Francisco. La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica política peronista del siglo XXI. **Mural Internacional**, v.2, n.1, p.01-06, 2011.

CORIGLIANO, Francisco. Ciclos de globalización, modelos de crecimiento económico y paradigmas de política exterior: el caso argentino (1862-2006). **Revista Temas e Debates**, v.13, 2007. Disponível em: http://rehip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/1489/Ciclos_de_globalizaci%C3%B3nTyD13.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 ago. 2016.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**. v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.

DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

ESTEVES, de J. Thiago. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 172-202, jul./dez. 2008.

FERRARI, Filho. A regional arrangement proposal for the UNASUR. **Revista de Economia Política**, v.34, n. 3, p.413-432, jul./set. 2014.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa**. 10 de Diciembre de 2009. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ar/discursos/2940>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Palabras de la presidenta Cristina Fernández de Kirchner, en reunión del MERCOSUR realizada en monteideo, República Oriental del Uruguay**. 18 de Diciembre de 2007. Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/discursos/2946>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner 66ª Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas**. 21 de Septiembre de 2011. Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/discursos/25411-66o-asamblea-general-de-la-organizacion-de-lasnaciones-unidas-discurso-de-la-presidenta-de-la-nacion>. Acesso em: 12 out. 2016.

FIGUEIREDO, Luiz Alberto. **Discurso do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado por ocasião da cerimônia de formatura da Turma Nelson Mandela (2012-2014) do Instituto Rio Branco**. Brasília: MRE, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 26 mai. 2016.

FONSECA, Daniel. **Integração sul-americana como via para a inserção internacional do Brasil**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FREIRE, M. Raquel (org); VINHA, Luís. **Política externa: modelos, actores, dinâmicas**. In: as Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 13-54. Disponível em: https://www.academia.edu/727495/Pol%C3%ADtica_externa_modelos_actores_e_din%C3%A2micas. Acesso em: 10 mai. 2016.

FUENTES, Cristián. **Progresismo y política exterior de Chile**. In: QUIROGA, Yesko; FRANÇA, Cassio (Org.) Política exterior de los gobiernos progresistas del Cono Sur: convergencias y desafíos. São Paulo, 2011. p. 97-134.

GARCIA, Marco Aurélio. **Nuevos gobiernos en América del Sur: Del destino a la construcción del futuro**. Nueva Sociedad, 217, set./out. 2008.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GRANATO, Leonardo. **A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010)**. 2014. 229f. Tese (Doutorado Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 24 abr. 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/Leonardo_Granato_-_Tesis_doctoral.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.1, n.2, p. 69-98, ago./dez. 2012.

GRANATO, Leonardo; ALLENDE, Rafael Alvariza. A política externa dos governos Kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao Mercosul. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 135-157, jul./2013.

HAAS, E. B. **Beyond the Nation State**. Stanford University Press, 1971.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, R. Andrea. **Organizações internacionais: história e práticas**. In: integração regional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 167-223.

HUDSON, Valerie M. **The history and evolution of foreign policy analysis**. In: SMITH, Steve.; HADFIELD, Amelia.; DUNNE, Tim. (Orgs.) Foreign Policy: theories, actors, cases. New York: Oxford University Press, 2008. p. 12-26.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v. 39, n. 2, 1995.

HURRELL, Andrew. **One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society** In: International Affairs, v. 1, n. 83, 2007.

JELVEZ, Mauricio M.; CARDIM, H. Carlos (Org). A economia chilena e os desafios do desenvolvimento. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, p.83-95, jul./set. 2007.

JULIO, Claudia Fuentes; SAAVEDRA, Claudio Fuentes. Los retos de Michelle Bachelet en política exterior. **PAPELES**, v. 93, p. 121-130, dez./2006.

JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 517-552, 2014.

KIRCHNER, Néstor. Discurso del señor Presidente de la nación, doctor Néstor Kirchner, ante la honorable Asamblea Legislativa. 01 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.ar/discursos-2007/24414>>. Acesso em: 12 out. 2016.

LAFER, Celso. **Novas dimensões da Política Externa Brasileira**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm>. Acesso em: 22 mai. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares. **Globalização, regionalização e América do Sul**, p. 1-10, 2005.

LOMBAERDE, Philippe De; LANGENHOVE, Luk. **Indicators of Regional Integration: Conceptual and Methodological Issues**. The United Nations University- Comparative Regional Integration Studies (UNU-CRIS). Disponível em: <http://85.10.198.45/fileadmin/template-unucrisl/articles_and_book_chapters/iisdp64.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MAIRA, Luis. América Latina y la política exterior chilena. Santiago: Fundação Friedrich Ebert, 2012. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/08810-20120127.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2016.

MAIRA, Luis; CARDIM, H. Carlos (Org). Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, p.40-55, jan./mar. 2007.

MALACRIDA, Pedro. **Organizações internacionais e integração regional: Observações e perspectivas para os países sul-americanos a partir da globalização e da financeirização da produção**. Curitiba, 2010. 93p.

MALAMUD, Andrés. La política externa de Dilma Rousseff: ¿menos de lo mismo? **Iberoamericana**, v. 11, n. 41, p. 174-179, 2011.

MARIANO, Marcelo; JÚNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael. **A cooperação Sul-Sul na política externa brasileira dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. In: 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YT0yOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjQ2ODkiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiMmE3NjU1ODVjMDVjNGNmNTBjOGJhYTfkZTVjMzExNjkiO30%3D>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MEDEIROS, Sabrina E. Modelos de Reputação Internacional e Paradigmas de Política Externa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2011.

MIRANDA, Roberto. La participación argentina en la integración sudamericana. Cuestiones sobre su contenido político. **Invenio, Rosario**, v. 10, n. 18, 2007.

MIRANDA, Samir Perrone de. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MITTELMAN, J. H. **Rethinking Innovation in International Studies: Global Transformation at the Turn of the Millennium.** In *Innovation and Transformation in International Studies*, edited by S. Gill and J. H. Mittelman. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

MOREIRA, Luiz Felipe V.; QUINTEIROS, Marcela C.; SILVA, André Luiz R. **As Relações Internacionais da América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, Carlos; RAUS, Diego; LEYTON, Juan Carlos. **La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades.** Montevideú, 2008.

MORRIS, Lizzie. **Breaking In or Breaking Out: Institutions and the Political Career Trajectories of Women in Chile.** *Advanced Scholar Search.* Michelle Bachelet, 2005, p.1-25. Disponível em: <<<http://www.acad.carleton.edu>>. Acesso em: 15 set. 2016

Mulheres no poder: trajetórias políticas de mandatárias nacionais no continente Latino-Americano. Laboratório de Análise de Relações Internacionais, 2011. p. 01-15.

MURGI, Rafael. A evolução do processo de integração sul-americana: avanços conquistados e dificuldades recentes. **Conjuntura Internacional**, v. 10, n. 2, p. 63–73, 2º sem. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/download/5703/5561>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

NOGUEIRA, Joana. Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana-IIRSA. **Conjuntura internacional**, 6 p., abr. 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

PATRIOTA, Antonio. **Discurso proferido por ocasião da reunião ordinária do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da Unasul.** MRE. Brasília: MRE, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

PEREIRA, Lia Valls. O efeito China nas exportações brasileiras na América do Sul. **Conjuntura Econômica**, v. 66, n. 10, p. 44-48, 2012. Disponível em: <<http://bibiotecadigital.fgv.br/ojs.index.php/rce/article/view/2192/20951>>. Acesso em: 05 out. 2016.

PORTA, della Porta. **Comparative Analysis: case-oriented versus variable-oriented research.** In: KEATING, Michael (Org.). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences.* New York: Cambridge University Press, 2008. p. 198-222.

PUTMAN, D. Robert. Diplomacia e política doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, p. 147-174, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/10.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016

ROCHA, C.C. Daniela. **As estratégias da política externa brasileira na era Lula: em busca de uma nova inserção internacional.** In: 38º Encontro Anual da ANPOCS GT-24 – Mundo em transição: novos vértices de poder, instituições e cooperação. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9047&Itemid=456>. Acesso em: 13 mai. 2016

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de formatura da Turma 2009-2011 do Instituto Rio Branco.** Brasília: MRE, 2011a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 16 maio. 2016.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de reunião extraordinária da Unasul.** MRE. Brasília: MRE, 2012b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 16 maio. 2016.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da turma 2011-2013 do Instituto Rio Branco.** MRE. Brasília: MRE, 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 18 maio. 2016.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da segunda sessão de trabalho da Cúpula do Brics e de países da América do Sul.** MRE. Brasília: MRE, 2014a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da turma 2012-2014 do Instituto Rio Branco e de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco.** MRE. Brasília: MRE, 2014b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira Política Internacional**, v.56, n.1, p.40-59, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, n. 44, p. 25-35, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n44/n44a03.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SARAIVA, Miriam G; GAVIÃO Leandro. **Particularidades da Política Externa do Governo de Lula para a América do Sul.** In: Diálogos sul-americanos : 10 anos da política exterior / organizadores: Laís Forti Thomaz, Suzeley Kalil Mathias, Marcelo Fernandes de Oliveira. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2015. p. 64-91.

SARTI, Ingrid. Integración regional y participación social: logros y desafíos en la institucionalidad de un Mercosur ampliado. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Montevideo, n. 23-24, p. 7-17, 2ª sem. 2010.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Para uma nova Política Externa Brasileira.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SILVA, Danielle. **Política Externa Brasileira de direitos humanos do governo Dilma Rousseff (2011-2014): Análise de conteúdo de discursos oficiais.** In: Encontro Nacional da ABRI, 5, Belo Horizonte, 2015a. 25 p.

SILVA, Fabricio. **Democracias errantes: reflexões sobre experiências participativas na América Latina.** Rio de Janeiro, 2015b. 208 p.

SILVA, Karine de Souza ; COSTA, Rogério Santos da . **Organizações internacionais de integração regional : União Europeia, Mercosul e Unasul.** 1. ed. Florianópolis: Funjab/UFSC, 2013.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais.** 2. ed. Barueri, SP: Ed. Manole, 2010.

SILVA, L. C. Vera. O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). **Meridiano 47.** v. 13, n. 129, jan./fev. 2012. p. 17-27. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjKgKX4j4_MAhWDEpAKHdl9CWMQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.unb.br%2Findex.php%2FMED%2Farticle%2Fdownload%2F5604%2F5144&usg=AFQjCNFuCy6wrULMgfY6vibnssmhJaJROA&sig2=jqEelNLIUBA8zRTN4agP3g>.

Acesso em: 02 abr. 2016.

SIMONOFF, Alejandro. **La Argentina y el mundo frente al bicentenario de la Revolución de Mayo:** las relaciones exteriores argentinas desde la sececión de España hasta la actualidad. La Plata. Universidad Nacional de La Plata, 2010. 496 p.

SIMONOFF, Alejandro. La política exterior de los gobiernos kirchneristas y la Tercera Posición. **Intellector**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 1-20, jul/dic. 2008.

SOSA, Alberto. **Avances y contratiempos em la integración Suramericana.** Integração da América do Sul. Brasília: FUNAG, 2010. p. 9-28.

SOUZA, André L.C.F; SANTOS, Vinicius Silva. A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU. **Mural Internacional**, v.5, n.2, p.01-11, 2014.

TOMÉ, Luis. Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. **JANUS-NET**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 33-49, 2010.

TORRES, Miguel Agustín. Política exterior y deuda externa en Argentina. La posición del gobierno de Cristina Fernández. **Reflexión Política**, v. 11, n. 22, p. 118-130, dez. 2009.

UNASUL. **Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2008.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. **Cepal- serie Comércio Internacional**, n. 82, p. 01-48, 2007.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. A política externa brasileira sob Lula: o fim do “Consenso de Brasília”. **CEBRI Artigos**. Rio de Janeiro: CEBRI, v.3, ano 5, jul./set. 2011.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. “A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação”. **Contexto Internacional, Rio de Janeiro**, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR Haroldo R. Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. **Revista de Ciências sociais**, v. 57, n. 2, p. 517- 552, 2014.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo; CORREIA, Rodrigo A. **Relação entre política doméstica e integração regional**: uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva. In Luis Fernando Ayerbe (org.) *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*, São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

VIVEGANI, Tullo, et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: IBRI, v.51, n.1, jun. 2008.

VIZENTINI, G. F. Paulo. **O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases**. Porto Alegre, 1999. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiNmOHbKI_MAhXEhJAKHeGID_EQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.fee.tche.br%2Findex.php%2Fensaios%2Farticle%2Fdownload%2F1941%2F2316&usg=AFQjCNFcMEeTeh-_uzX2znrnB_2GKK1j1w&sig2=evpBGjmRDaBKDAcM3SjJ0A>. Acesso em: 11 ago. 2016.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva Publicações. Lisboa. 2002

ZIBAS, Dagmar. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.38, p.199-220, mai./ago. 2008.